



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/08/2025

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 13/08/2025

BREVES COMUNICAÇÕES

Lucas Redecker (PSDB - RS) - O Deputado abordou a necessidade de avançar no combate à exploração sexual e à adultização de crianças e adolescentes, tema que voltou ao debate nacional. Lembrou que o Projeto de Lei nº 3.628, de 2020, que aumenta a pena para estupro de vulnerável e tipifica o estupro virtual; o Projeto de Lei nº 6.477, de 2019, que proíbe condenados por crimes sexuais contra menores de exercerem atividades ligadas a esse público. Afirmou que a inclusão desses projetos na pauta seria fundamental para ampliar a proteção de crianças e adolescentes, sobretudo nas redes sociais.

Emanuel Pinheiro Neto (MDB - MT) - O Deputado criticou a imagem da Câmara dos Deputados como espaço de desordem e apontou a atuação de grupos mais voltados à obstrução do que às demandas da população. Destacou a isenção do Imposto de Renda quem recebe até dois salários mínimos e defendeu a importância do crédito agrícola anunciado pelo Governo Federal. Citou iniciativas como a ampliação dos institutos federais e a extensão do Minha Casa, Minha Vida em Mato Grosso, ressaltando que a execução do programa em Cuiabá (MT) ocorreu com falhas na gestão municipal. Defendeu a diferenciação entre aqueles que trabalham para construir o País e aqueles que sabotaram avanços em áreas como educação, habitação e justiça social.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado defendeu o uso da obstrução parlamentar como instrumento previsto no Regimento Interno da Câmara. Afirmou que a Oposição faria obstrução de forma contínua até que fosse pautada a anistia para pessoas presas em decorrência dos atos de 8 de janeiro. Informou que muitos desses cidadãos estariam detidos há mais de dois anos sem julgamento adequado e tratados como golpistas, apesar de não haver, em sua avaliação, elementos que caracterizassem um golpe de Estado. Destacou que os responsáveis por depredações deveriam ser punidos, mas com penas proporcionais previstas em lei. Reforçou que a estratégia de obstrução seria mantida até a votação da anistia.

Márcio Jerry (PCdoB - MA) - O Deputado afirmou que, embora a obstrução fosse um recurso regimental legítimo, a ocupação da Mesa da Câmara caracterizou crime e deveria ser punida. Criticou a utilização da obstrução em defesa da anistia a envolvidos nos atos de 8 de janeiro, que representaram tentativa de golpe de Estado e até planos de atentado contra autoridades do Executivo e do Judiciário. Também destacou o impacto do tarifaço imposto pelos Estados Unidos, e apresentou o Projeto de Lei nº 3.677, de 2025, que estabeleceu diretrizes para compensar setores prejudicados por medidas unilaterais de países ou blocos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/08/2025

econômicos. Ressaltou que a proposta buscava proteger a economia nacional, preservar empregos, renda e fortalecer a pauta de exportações brasileiras diante de barreiras internacionais.

Marx Beltrão (PP - AL) - O Deputado repercutiu os vídeos divulgados pelo influenciador Felca sobre a adultização e a exploração sexual de crianças e adolescentes na Internet. Afirmou que a rede não poderia ser tratada como uma “terra sem lei” e defendeu a criação de uma legislação eficaz para enfrentar o problema. Destacou a determinação do Presidente Hugo Motta para instalar um grupo de trabalho e a realização de uma Comissão Geral sobre o tema. Defendeu a responsabilização tanto de indivíduos quanto de plataformas digitais, caso os algoritmos continuassem a disseminar conteúdos ligados à pedofilia, com aplicação de prisão e multa. Reforçou que a proteção de crianças e adolescentes era um dever do Estado, das famílias e da sociedade, ressaltando que a liberdade de expressão não poderia servir de escudo para a prática de crimes.

Diego Garcia (REPUBLICANOS - PR) - O Deputado ressaltou a necessidade de priorizar as pautas da primeira infância e anunciou a aprovação do Projeto de Lei nº 147, de 2019, que cria o Serviço de Proteção e Atendimento à Maternidade e à Primeira Infância (Pampi). Explicou que o serviço atenderia gestantes em situação de extrema vulnerabilidade e pobreza, assegurando acompanhamento médico, pré-natal seguro e apoio integral nos primeiros dois anos de vida da criança. Informou que a proposta reforçava a compreensão de que a proteção da primeira infância deveria começar a partir da concepção, garantindo direitos desde o início da gestação. Destacou que a iniciativa buscava oferecer maior segurança e assistência tanto para mães quanto para crianças em situação de risco social e econômico.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada denunciou o aumento dos casos de feminicídio no Rio Grande do Sul e citou recentes crimes que vitimaram mulheres jovens e mães em cidades como Esteio (RS), Alegrete (RS) e Porto Alegre (RS). Destacou que, além das mortes, um pacote com restos mortais de uma mulher foi encontrado em um bairro da capital gaúcha, evidenciando a gravidade da situação. Lembrou que a Câmara criou uma Comissão Externa para acompanhar o tema. Ressaltou o pedido feito pela Lupa Feminista para que medidas imediatas fossem adotadas contra a violência de gênero e afirmou que era preciso pôr fim à escalada de assassinatos de mulheres, crianças e mães no Estado.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado registrou homenagem às estudantes da Escola de Ensino Médio em Tempo Integral Dr. Silvio Ribeiro, de Sant’Ana do Livramento (RS), pelo projeto “Trilhas da Tradição”. Destacou que a Comissão de Cultura da Câmara aprovou moção de louvor ao trabalho desenvolvido pelas alunas, que esteve representado por professoras e pela diretora da instituição. Citou nominalmente as estudantes envolvidas e ressaltou que a iniciativa já havia sido reconhecida pela Câmara Municipal e pela



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/08/2025

Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Agradeceu o apoio de colegas e reafirmou a importância de valorizar a educação pública em tempo integral, defendendo que jovens possam dar continuidade aos estudos em universidades e institutos federais. Informou que a experiência em Sant’Ana do Livramento (RS) representou um exemplo de qualidade no ensino público.

Dandara (PT - MG) - A Deputada criticou medidas dos Estados Unidos que prejudicaram setores estratégicos da economia brasileira, especialmente exportações de café e carne provenientes de Minas Gerais. Afirmou que, enquanto o Governo Federal buscava aumentar a arrecadação com taxação de bilionários e gerar crescimento econômico, o País sofria impactos externos sobre importantes cadeias produtivas, com perda estimada superior a R\$ 1 bilhão apenas na exportação de carne bovina. Destacou o lançamento de um pacote de crédito de R\$ 30 milhões pelo Presidente Lula, destinado a mitigar os efeitos das tarifas americanas e abrir novos mercados. Reforçou a defesa da soberania nacional e da importância do Brasil em fóruns multilaterais, como BRICS e Mercosul, e conclamou a manutenção de relações diplomáticas respeitadas e equilibradas com os Estados Unidos.

Ana Pimentel (PT - MG) - A Deputada destacou o lançamento, pelo Presidente Lula, de um programa de contingenciamento para enfrentar impactos de medidas adotadas pelos Estados Unidos que atacaram a soberania e a economia do Brasil. Afirmou que tais ações representaram um episódio inédito de chantagem política externa, buscando influenciar decisões do Executivo em desacordo com o Supremo Tribunal Federal. Criticou a postura de setores da Direita, que, em sua avaliação, apoiaram movimentos de obstrução no Congresso e comemoraram ações do governo americano, contrastando com a atuação do Presidente Lula. Ressaltou o compromisso do Presidente da República em defender a democracia, a soberania nacional e os interesses do povo brasileiro, enfatizando sua liderança para manter o funcionamento das instituições e a justiça social.

Daniel Almeida (PCdoB - BA) - O Deputado destacou as medidas anunciadas pelo Presidente Lula para enfrentar impactos de bloqueios econômicos dos Estados Unidos sobre o Brasil. Afirmou que o País manteve sua autonomia e democracia diante de tentativas de politização do comércio bilateral, ressaltando a importância de preservar empregos e setores produtivos. Citou especificamente a fruticultura no Vale do São Francisco, que emprega mais de 250 mil trabalhadores e foi afetada pelas medidas externas. Ressaltou que o Governo Federal liberou R\$ 30 bilhões em crédito e implementou programas para aquisição de produtos e renegociação de dívidas, buscando alternativas comerciais e fortalecendo a atividade econômica. Parabenizou produtores, trabalhadores e governo, destacando a articulação conjunta para proteger a economia brasileira e defender a soberania nacional.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/08/2025

Heitor Schuch (PSB - RS) - O Deputado criticou a suspensão do contrato do INSS com o Agibank, após denúncias de violações contratuais, incluindo interceptação de chamadas da Central 135 e direcionamento de beneficiários para agências do banco. Destacou que problemas de fiscalização do INSS já vinham sendo denunciados há cinco anos e relatou dificuldades enfrentadas por segurados na obtenção de informações sobre aposentadoria. Apresentou dois projetos de lei: o Projeto de Lei nº 3.270, de 2025, que prevê pagamento de benefícios exclusivamente por instituições públicas ou cooperativas com experiência no setor previdenciário, e o Projeto de Lei nº 1.892, de 2021, que proíbe a contratação de créditos consignados sem autorização do segurado. Afirmou que o Parlamento deve atuar para proteger os beneficiários e garantir a confiabilidade do sistema previdenciário público.

Miguel Ângelo (PT - MG) - O Deputado abordou o assassinato de Laudemir, gari de 44 anos, em Belo Horizonte (MG), morto a tiros enquanto trabalhava. Informou que o agressor se irritou com o caminhão de coleta de lixo e atirou contra o servidor terceirizado da Superintendência de Limpeza Urbana. Relatou o impacto do crime sobre familiares e colegas de profissão e destacou a necessidade de medidas legais. Defendeu pena de 12 a 30 anos para homicídios cometidos contra servidores públicos e equiparados, equiparando-os às penalidades já existentes para autoridades públicas. Pediu apoio dos colegas para transformar a tragédia em proteção legal, reafirmando a importância da vida e do trabalho desses profissionais.

Fernanda Pessoa (UNIÃO - CE) - A Deputada criticou os preços abusivos de hospedagem e logística para a COP 30, em Belém do Pará. Apontou que diárias simples, normalmente de R\$ 300 a R\$ 400, foram anunciadas por mais de R\$ 4 mil, enquanto imóveis que valem até R\$ 200 mil chegaram a ser oferecidos por mais de R\$ 100 mil mensais. Destacou que o aumento em Belém (PA) chegou a 900% a 1.000%, muito acima dos percentuais observados em eventos internacionais anteriores, como COP 26 e COP 28. Alertou que a situação já provocou cancelamentos de delegações, universidades e ONGs, prejudicando a representatividade e a diversidade de vozes na conferência. Reforçou a necessidade de soluções para garantir a participação global e fortalecer o protagonismo do Brasil na pauta ambiental.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado criticou a atuação do Governo em relação aos crimes de pedofilia contra crianças e adolescentes. Afirmou que, em vez de focar na punição dos criminosos, o Executivo desviou o debate para a regulação das plataformas digitais, usando o caso denunciado pelo influencer Felca. Informou que a prioridade deveria ser reforçar investigações, aumentar penas e melhorar a proteção infantil, enquanto o criminoso tornou-se secundário no debate. Apontou que Parlamentares da Esquerda votaram contra regras que aumentariam a pena de crimes hediondos, incluindo pedofilia. Defendeu a responsabilização das redes



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/08/2025

sociais para inibir a atuação de pedófilos, sem caracterizar censura, e anunciou resistência no plenário contra medidas que visam controlar o poder de fala da Direita.

Bacelar (PV - BA) - O Deputado criticou a demora do Congresso em regulamentar as redes sociais no Brasil, afirmando que plataformas transformam a infância em mercadoria. Destacou o impacto do vídeo de Felca, que gerou cerca de 40 milhões de visualizações e unificou os discursos sobre o tema na Casa. Bacelar citou que desde 2020 projetos de lei e grupos de trabalho sobre o assunto foram arquivados ou não implementados, incluindo a CPI das *Fake News*. Apontou a necessidade de responsabilizar as plataformas que lucram com conteúdos violentos e afirmou que apenas ações concretas do Executivo, como o projeto anunciado pelo Governo Lula, poderão proteger a infância brasileira, evitando que propostas permaneçam inócuas diante da gravidade da situação.

Afonso Hamm (PP - RS) - O Deputado registrou a presença de dois Vereadores gaúchos no plenário da Câmara: Vítor Azambuja, de Camaquã (RS), e Marquinhos Freire, de Dom Pedrito (RS). Destacou sua trajetória política, iniciada como Vereador, e ressaltou a atuação conjunta com líderes municipais e estaduais na defesa de pautas do agro. Mencionou a importância do alongamento da dívida dos agricultores que enfrentaram problemas climáticos, garantindo acesso a recursos do Fundo Social e dos fundos constitucionais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, reforçando a conexão entre o Parlamento e as bases municipais.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado criticou o que chamou de uso de “argumento do espantalho” na discussão sobre as *big techs*, afirmando que o debate tem sido usado para justificar restrições à liberdade de expressão. Destacou que muitos defensores da regulação das plataformas são, ao mesmo tempo, usuários de redes sociais como Twitter, Facebook e Instagram, e questionou a motivação real das iniciativas, afirmando que não se trataria de proteção às crianças. Citou casos recentes de exposições envolvendo crianças, afirmando que tentativas de combate a situações de exploração foram ignoradas por alguns grupos. Concluiu que a pauta em torno das plataformas digitais estaria voltada mais para censura do que para defesa infantil.

Defensor Stélio Dener (REPUBLICANOS - RR) - O Deputado destacou a atuação rápida do Ministério dos Transportes e do DNIT na resolução de uma depressão na BR-174, próxima a Rorainópolis (RR), que vinha provocando acidentes graves. Agradeceu à União, ao Governo Federal e às equipes envolvidas na solução do problema em apenas dois dias. Defendeu a importância da rodovia para conectar o Norte do País por asfalto. Também parabenizou a Deputada Jandira Feghali pelo reconhecimento à Quadrilha Eita Junino, grupo folclórico de Roraima campeão nacional, destacando a relevância da cultura popular e o papel da nova Frente Parlamentar em Apoio ao Movimento Junino Brasileiro na valorização das tradições regionais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/08/2025

Alice Portugal (PCdoB - BA) - A Deputada destacou a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Pós-Graduação e dos Pós-Graduandos, lançada em parceria com a Associação Nacional de Pós-Graduandos. Defendeu garantias como previdência social para bolsistas, manutenção da bolsa para mães gestantes ou adotivas e regulamentação das residências em saúde.

Carol Dartora (PT - PR) - A Deputada denunciou o descumprimento da ADPF 976, decisão do STF que obriga Municípios a garantirem acolhimento digno e planos de ação para pessoas em situação de rua. Afirmou que Curitiba (PR) não cumpre a determinação, apontando falta de estrutura, ausência de metas claras e omissão que já resultou em mortes por frio. Por fim, criticou a ineficiência da Operação Inverno Acolhedor e relacionou o problema à injustiça climática e ao déficit habitacional.

Junio Amaral (PL - MG) - O Deputado repudiou a violência sofrida por professores em sala de aula, citando um caso ocorrido em Camanducaia (MG). Afirmou que a crise de autoridade nas escolas é nacional e defendeu o modelo cívico-militar como alternativa mais segura e eficaz que o ensino convencional. Também, criticou o PT por judicializar o tema em Minas Gerais e declarou que seguirá atuando para ampliar esse modelo, garantindo opção aos pais. Por fim, reiterou solidariedade aos professores da rede pública e cobrou medidas contra a violência escolar.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada elogiou a medida provisória assinada pelo Presidente Lula para enfrentar os impactos do tarifaço de 50% imposto pelos Estados Unidos. Apontou que o Governo buscou diálogo em diversas reuniões com autoridades norte-americanas e setores empresariais, mas recebeu como resposta apenas a tarifa e tentativas de interferência na soberania nacional. Também, destacou que o pacote prevê R\$ 30 bilhões em crédito a juros baixos, compras governamentais para evitar desperdício de alimentos, diferimento tributário e fortalecimento do Fundo Garantidor de Exportações, com exigência de preservação de empregos. Ao final, criticou a extrema direita por apoiar Trump e atacar a democracia brasileira, defendendo punições a quem atentou contra o País.

Dr. Zacharias Calil (UNIÃO - GO) - O Deputado destacou o seminário conjunto de 12 Comissões da Câmara sobre o Biênio da Primeira Infância (2024-2025), que reuniu Parlamentares, autoridades e sociedade civil para discutir políticas públicas voltadas às crianças. Alertou para dados preocupantes: mais de 55% das crianças de até 6 anos vivem em pobreza ou extrema pobreza; 8,1 milhões não recebem apoio de programas de renda; apenas 33,9% das de 0 a 3 anos frequentam creches, deixando 2,8 milhões fora delas; e 12% apresentam suspeita de atraso no desenvolvimento. Por fim, defendeu investimentos em saúde e educação na primeira



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/08/2025

infância, ressaltando que cada dólar aplicado gera retorno de até 15 dólares, refletindo em adultos mais competitivos e com menor índice de criminalidade.

João Daniel (PT - SE) - O Deputado criticou a bancada ruralista por barrar debate na Comissão de Agricultura sobre o tarifaço imposto pelo Governo Trump, ressaltando a necessidade de ouvir sociedade e Ministérios. Elogiou as medidas anunciadas pelo Governo Lula, como o investimento de R\$ 30 bilhões para apoiar a indústria, fortalecer empresas e proteger a economia nacional. Ao final, lamentou a postura do Deputado Eduardo Bolsonaro, acusado de preparar um novo dossiê para sabotar o Brasil e favorecer aumento tarifário, o que considerou um ataque à soberania nacional.

Márcio Jerry (PCdoB - MA) - O Deputado rebateu críticas feitas ao Ministro do STF, Flávio Dino, destacando sua trajetória, o respeito conquistado na Corte e a admiração até de adversários políticos, como o ex-Presidente José Sarney. Elogiou o lançamento do Programa Brasil Soberano pelo Presidente Lula e pelo Vice-Presidente Geraldo Alckmin, que destinaram mais de R\$ 30 bilhões para proteger exportações, fortalecer empresas e gerar empregos. Também criticou Parlamentares que, segundo ele, conspiram no exterior contra o País e defendeu que o Congresso atue em sintonia para proteger a economia e a soberania nacional.

Carla Dickson (UNIÃO - RN) - A Deputada questionou se a Esquerda realmente protege crianças e adolescentes, criticando propostas como a regulamentação das redes sociais, que classificou como tentativa de censura. Também acusou o Governo Lula de fragilizar políticas de proteção infantil, citando a revogação do decreto que restringia o aborto, a falta de regulamentação do Cadastro Nacional de Pedófilos, a extinção da Secretaria Nacional da Primeira Infância e o corte de benefícios a crianças com autismo.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado manifestou repúdio à perseguição que, segundo ele, o Vereador Hamilton Assis (PSOL-BA) vem sofrendo por parte do Prefeito de Salvador, Bruno Reis, e de sua bancada. Afirmou que a retaliação ocorreu após protestos do Vereador contra o descaso da gestão municipal com professores e a educação, destacando que Salvador apresenta os piores índices de alfabetização do País. Por fim, classificou a atitude do Prefeito, a quem associou ao bolsonarismo, como um ataque à democracia e expressou solidariedade a Hamilton Assis.

Coronel Armando (PP - SC) - O Deputado defendeu sua proposta de emenda à Constituição que concede à Câmara dos Deputados a prerrogativa de abrir processos de *impeachment* contra Ministros do Supremo Tribunal Federal. Argumentou que, enquanto o Senado detém essa competência, nunca houve abertura de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/08/2025

processo, mesmo diante de pedidos com amplo apoio. Também criticou a postura de dirigentes do Senado e associou a atual crise política à decisão do STF que permitiu a candidatura de Lula em 2022.

Joseildo Ramos (PT - BA) - O Deputado destacou a importância da medida provisória “Brasil Soberano”, do Governo Lula, para mitigar os efeitos do tarifaço aplicado pelos Estados Unidos sobre empresas brasileiras. Ressaltou que a MP prevê manutenção de empregos, benefícios fiscais, liberação de crédito especial de 30 bilhões de reais pelo Fundo de Garantia à Exportação e ampliação do programa Reintegra para ressarcimento tributário. Também criticou colegas que, segundo ele, agem contra os interesses do País, classificando essas atitudes como traição à pátria. Por fim, enfatizou o papel estratégico do Itamaraty e dos Ministérios na negociação com Washington para proteger a economia nacional.

Socorro Neri (PP - AC) - A Deputada defendeu a pauta do Projeto de Lei Complementar nº 143, de 2020, que visa a restituição de 583 dias de contagem de tempo de serviço para progressão e benefícios aos servidores públicos, congelados pela Lei Complementar nº 173, de 2020 no início da pandemia. Ressaltou que o PLP já foi aprovado em todas as Comissões e possui requerimento de urgência, e destacou que a proposta não enfrenta oposição e inclui 29 projetos apensados de diferentes partidos. Por fim, fez um apelo ao Presidente Hugo Motta para pautar o PLP na Ordem do Dia, garantindo justiça e correção aos prejuízos nas carreiras e aposentadorias dos servidores.

Bebeto (PP - RJ) - O Deputado saudou o ex-Deputado Federal e Constituinte Paulo de Almeida, destacando sua representação da cidade de São João de Meriti (RJ). Enfatizou que Paulo de Almeida deixou um legado positivo e se disse honrado em ser um dos sucessores do ex-Parlamentar na Câmara dos Deputados.

Pauderney Avelino (UNIÃO - AM) - O Deputado denunciou a cobrança da chamada “taxa de pouca água” por armadores internacionais, que adiciona até US\$ 1.980 ao transporte de um contêiner da China para Manaus (AM), elevando o custo total a cerca de US\$ 5.500. Classificou a prática como exploração, ressaltando que, mesmo com níveis normais de água no Rio Amazonas, a taxa continua sendo cobrada, tornando inviável o transporte para a Zona Franca de Manaus. Por fim, anunciou que promoverá audiências públicas com ministérios e o Ministério Público para coibir o abuso e enfatizou a urgência da pavimentação da BR-319, que atualmente limita a logística entre Amazonas, Roraima e o restante do País.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado destacou a presença de duas jovens lideranças políticas de Mato Grosso: o Vereador Otávio Xerife, de Nova Mutum (MT), e o Vereador Vinícius, de Rondonópolis (MT). Elogiou



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/08/2025

o trabalho de ambos e ressaltou que eles representam a renovação da política local, com planos de concorrer às eleições de 2026 — Otávio para Deputado Estadual e Vinícius para Deputado Federal.

General Girão (PL - RN) - O Deputado pediu atenção do Ministério das Relações Exteriores e da Embaixada do Brasil na Itália em relação à Deputada Carla Zambelli, que está presa naquele País e relatou maus-tratos durante audiência. Também criticou o que chamou de incoerência da Esquerda e do PT em relação à proteção das crianças, questionando iniciativas de censura nas redes sociais enquanto apontou casos passados em que atitudes consideradas cultura foram defendidas. Ao final, repudiou a criminalização da Deputada Julia Zanatta, que trouxe sua criança para amamentar durante manifestação na Câmara, e pediu que a Casa se pronunciasse sobre a situação, considerando-a absurda e inaceitável.

João Daniel (PT - SE) - O Deputado anunciou a realização de uma audiência pública na Comissão de Legislação Participativa, a partir das 16h, voltada às pessoas neurodivergentes. Destacou que o debate abordará temas solicitados pela sociedade, incluindo inclusão de autistas no mercado de trabalho, diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista em adultos e a criação de cotas para neurodivergentes em concursos públicos.

Ricardo Maia (MDB - BA) - O Deputado destacou ações nos Municípios baianos de Cansanção (BA) e Ribeira do Pombal (BA). Informou que em Cansanção, acompanhou a entrega de uma UBS e a obra da BA-120. Acrescentou que em Ribeira do Pombal, anunciou a implantação de 26 cursos profissionalizantes no Instituto Federal Baiano, com início em 2026, e ressaltou o início da duplicação da BR-116, reforçando seu compromisso com o desenvolvimento regional.

Silvia Cristina (PP - RO) - A Deputada defendeu a Proposta de Emenda à Constituição nº 169, de 2019, de autoria do Deputado Capitão Alberto Neto, que permite aos professores acumular cargos ou funções, incluindo posições no serviço público ou atividades técnicas. Destacou que a medida visa corrigir limitações constitucionais que penalizam profissionais da educação, oferecendo a possibilidade de aumentar a renda, manter estabilidade e valorizar a carreira docente. Também enfatizou que a aprovação representa uma ação concreta de reconhecimento do trabalho dos professores e contribui para a formação de crianças e jovens.

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado afirmou que o Congresso vive um momento de grave tensão em torno da PL da Anistia, criticando o que chamou de conflitos de ego das instituições. Destacou a situação de presos relacionados ao 8 de Janeiro, citando o falecimento de Clezão e o estado de saúde de Vildete da Silva, de 74 anos, em cadeira de rodas. Responsabilizou o Ministro Alexandre de Moraes e criticou a postura do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/08/2025

Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, diante de um requerimento assinado por 41 Senadores para tratar do *impeachment* de Moraes.

Duarte Jr. (PSB - MA) - O Deputado destacou apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 169, de 2019, que altera o art. 37 da Constituição Federal, para permitir a acumulação remunerada de um cargo de professor com outro de qualquer natureza, e elogiou a Deputada Silvia Cristina pela defesa da proposta. Criticou a resistência do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), ao afirmar que o argumento de que a medida favoreceria a militarização das escolas não se sustentava, lembrando que a Emenda Constitucional nº 101, de 2019 já permitia a acumulação de atividades por militares nas áreas da saúde e educação. Por fim, defendeu que professores com carga horária reduzida possam exercer outra atividade, assim como ocorre em outros setores essenciais, e pediu apoio das bancadas para a aprovação da proposta.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado defendeu a aprovação de duas iniciativas consideradas fundamentais para os Municípios e para a justiça tributária no País: a Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social, medidas que buscavam dar fôlego às finanças locais, especialmente em cidades pequenas e no Maranhão, onde orçamentos restritos comprometiam investimentos em serviços básicos; e o o Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que altera a legislação do imposto sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas, aprovado em Comissão Especial, isentando quem recebe até 5 mil reais, reduzindo a carga para a classe média e criando tributação mínima para altas rendas. Por fim, destacou a Medida Provisória nº 1.309, de 2025, que institui, no âmbito do Poder Executivo Federal, o Plano Brasil Soberano e o Comitê de Acompanhamento das Relações Comerciais com os Estados Unidos da América, altera a Lei nº 6.704, de 1979, a Lei nº 9.818, de 1999, a Lei nº 11.281, de 2006, a Lei nº 12.712, de 2012, a Lei nº 13.999, de 2020, e a Lei nº 14.042, de 2020, prevendo crédito e garantias para empresas exportadoras, em especial micro e pequenas, com o objetivo de ampliar mercados e estimular a economia nacional.

Afonso Motta (PDT - RS) - O Deputado registrou a presença de uma delegação de Balneário Pinhal (RS). Destacou a liderança local de Gilmarzinho, filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), que esteve acompanhado de representantes da cidade em visita a Brasília (DF) para participar de debates e apresentar demandas de interesse municipal. Por fim, ressaltou a importância da aproximação entre o Parlamento e as comunidades locais, expressando satisfação em receber a comitiva no plenário da Câmara.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/08/2025

Daniel Trzeciak (PSDB - RS) - O Deputado registrou a presença do Prefeito de Camaquã (RS), Abner Dillmann, destacando a parceria em ações voltadas ao desenvolvimento econômico da metade sul do Rio Grande do Sul, incluindo esforços para redução da tarifa de pedágio na região. Em seguida, enfatizou a importância de dois eventos locais: a Expo Varejo, programada para setembro, voltada ao varejo, tecnologia e inovação; e a Camaquã Summit, em outubro, organizada pela Rádio Acústica FM, com foco em integração regional. Por fim, cumprimentou a Associação Comercial e Industrial de Camaquã e demais apoiadores, ressaltando que iniciativas como essas impulsionam o turismo, fortalecem a economia e geram empregos.

Delegado Palumbo (MDB - SP) - O Deputado criticou a decisão do plenário de votar, em regime de urgência, Projeto de Lei nº 1.856, de 2025, que denomina “Viaduto Papa Francisco” o viaduto rodoviário localizado no Km 2,3 da rodovia BR-488, no Município de Aparecida (SP), enquanto propostas de maior impacto social permaneciam paradas. Mencionou projetos que tratavam de segurança pública, como o fim da audiência de custódia, da progressão de regime e de benefícios a presos, que, segundo ele, não avançavam na Casa. Ressaltou que, diante de problemas graves em saúde, educação e segurança, a mudança de nome de obras públicas não poderia ser considerada prioridade. Por fim, defendeu que tais matérias seguissem o trâmite normal e pediu maior fiscalização da sociedade sobre a atuação parlamentar.

Afonso Hamm (PP - RS) - O Deputado registrou a presença de lideranças e Vereadores de Pinto Bandeira (RS) no plenário, Município atingido pelas enchentes de 2024 e que ainda demandava investimentos em infraestrutura e recuperação de estradas. Citou representantes locais de diferentes partidos e destacou a relevância da vitivinicultura para a economia da região. Na continuidade, reforçou seu papel na Presidência da Frente Parlamentar de Defesa e Valorização da Produção Nacional de Uvas, Vinhos e Espumantes, ressaltando a necessidade de reduzir a carga tributária e ampliar a competitividade do vinho brasileiro, em especial o gaúcho. Por fim, lembrou homenagens à Embrapa Uva e Vinho e à Embrapa Pecuária Sul.

Marcelo Moraes (PL - RS) - O Deputado registrou a visita do Prefeito de Camaquã (RS), Abner Dillmann, ressaltando sua atuação na agricultura e a aprovação recente de legislação voltada à cultura do tabaco, considerada estratégica para a economia local e regional. Mencionou a parceria de longa data com o Município, lembrando repasses já destinados, inclusive para o hospital da cidade, com foco no atendimento oncológico. Informou ainda o encaminhamento de 1 milhão de reais, a pedido do partido, para investimentos que beneficiarão tanto a agricultura quanto a área urbana. Por fim, enalteceu o trabalho do Prefeito e reafirmou a disposição de seu gabinete em apoiar a comunidade de Camaquã.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/08/2025

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado relatou o trabalho realizado durante o recesso, com visitas a diferentes Municípios do Espírito Santo e a entrega de recursos e equipamentos em parceria com Prefeitos, Vereadores e entidades locais. Destacou encontros em cidades como Cachoeiro de Itapemirim (ES), Rio Novo do Sul (ES), Baixo Guandu (ES), Rio Bananal (ES), Ibitirama (ES), Guaçuí (ES), Irupi (ES), Muniz Freire (ES), Iúna (ES), Divino de São Lourenço (ES) e Jerônimo Monteiro (ES), onde entregou, entre outros benefícios, um trator. Além disso, ressaltou investimentos estaduais, como o aporte de mais de 20 milhões de reais para captação de água em Rio Bananal (ES). Por fim, afirmou que seu mandato manteve atuação municipalista, presente nos 78 Municípios capixabas, com foco em resultados que impactassem diretamente a vida das comunidades.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado criticou a ausência de cumprimento da promessa de isenção do Imposto de Renda para quem recebia até 5 mil reais, afirmando que as propostas em debate apenas deslocavam a carga tributária com aumento em outras áreas. Defendeu que o benefício deveria ser concedido sem criação de novos tributos e ressaltou que o aumento da circulação de recursos no País já geraria arrecadação suficiente. Além disso, mencionou reunião com o Presidente da Câmara, Arthur Lira, em que não houve discussão sobre o impacto econômico dos bilhões em movimentação financeira. Concluiu que a prioridade deveria ser a vantagem para o cidadão, e não a ampliação de impostos.

Lucio Mosquini (MDB - RO) - O Deputado registrou a presença dos Vereadores Álvaro Deboni e Guilherme, de Pimenta Bueno (RO), no Plenário da Câmara. Agradeceu a visita e destacou a importância de receber representantes municipais na Casa, reafirmando a honra de contar com a participação de lideranças locais nos trabalhos do Parlamento.

Duda Salabert (PDT - MG) - A Deputada destacou a aprovação de proposição de sua autoria na Comissão de Comunicação (CCOM), o Projeto de Lei nº 2.310, de 2025, que regulamenta a participação de crianças e adolescentes como influenciadores digitais e criadores de conteúdo monetizado em plataformas digitais. Explicou que a proposta estabeleceu que conteúdos monetizados com participação de crianças ou adolescentes dependessem de autorização do poder público, proibiu materiais que os sexualizassem e determinou que a renda fosse depositada em poupança acessível apenas após a maioridade. Além disso, também assegurou o direito ao esquecimento. Na continuidade, afirmou que, enquanto no esporte e nas artes já existem regras de proteção, o ambiente digital permanecia sem regulamentação. Por fim, ressaltou que a medida representa avanço inédito no País, ao coibir exploração infantil voltada a engajamento e lucro nas plataformas digitais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/08/2025

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado chamou atenção para a situação dos aprovados no concurso da Caixa Econômica Federal (CEF) de 2024, que contou com mais de 1 milhão de inscritos. Relatou que 6 mil candidatos concluíram todas as etapas e estavam aptos a assumir funções, mas o edital restringiu a convocação a 1.600 vagas imediatas e apenas 400 em cadastro de reserva, número inferior à praxe em concursos federais. Além disso, alertou que, dos 2 mil inicialmente contemplados, apenas 300 ainda aguardavam chamada, criando risco de déficit de pessoal. Por fim, defendeu a ampliação do cadastro para todos os aprovados, garantindo convocações progressivas e fortalecendo o papel social da Caixa como banco público.

Claudio Cajado (PP - BA) - O Deputado prestou homenagem aos 67 anos de emancipação política de Barra do Mendes (BA), atendendo a pedido do Prefeito Nêu. Recordou a atuação do Deputado Estadual Hélio Ramos, apontado como um dos principais responsáveis pela conquista da autonomia municipal após intensa mobilização. Além disso, informou ter recebido um texto elaborado pelo Prefeito com o histórico do processo de emancipação e solicitou que o documento fosse registrado como forma de valorizar a memória política local e reforçar o reconhecimento ao legado de lideranças que contribuíram para o desenvolvimento da cidade.

Dr. Jaziel (PL - CE) - O Deputado manifestou indignação diante da possibilidade de o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubar lei aprovada pela Assembleia Legislativa do Amazonas que restringia a participação de crianças em eventos com conteúdo considerado erótico. Argumentou que a medida buscava proteger a infância e garantir a preservação da inocência, em consonância com o artigo 227 da Constituição, que prevê prioridade absoluta à proteção integral da criança e do adolescente. Criticou a judicialização do tema, defendendo que a prerrogativa de legislar cabia ao Parlamento. Encerrou ressaltando que as crianças deveriam ter assegurado o direito de viver plenamente sua fase de pureza, sem exposição a situações que julgou inapropriadas.

Mauricio do Vôlei (PL - MG) - O Deputado registrou a presença do Vereador Kaio Guimarães, de Itaúna (MG), destacando sua trajetória como líder político, homem de família e cristão. Ressaltou que o trabalho desenvolvido pelo Vereador vem fazendo a diferença na política local e o saudou como parceiro de atuação. Enfatizou que a Câmara era também a sua casa e manifestou apoio às iniciativas conduzidas em benefício da comunidade de Itaúna.

Valmir Assunção (PT - BA) - O Deputado expressou indignação com a abertura de processo de cassação contra o Vereador Hamilton Assis, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em Salvador (BA), acusado de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/08/2025

convivência com manifestações de professores em greve pela aplicação do piso salarial. Ressaltou que o Vereador, na ocasião, estava defendendo sua tese de mestrado e não participou do episódio citado. Criticou a criminalização de Parlamentares de esquerda que atuavam em defesa de professores, trabalhadores, indígenas e sem-terra, afirmando que tal prática poderia gerar uma lista crescente de perseguições. Por fim, relacionou o caso ao processo enfrentado por Deputado do PSOL no Congresso e classificou a iniciativa contra Hamilton Assis como absurda e injusta.

Padovani (UNIÃO - PR) - O Deputado informou a aprovação, por unanimidade, do relatório da Comissão Externa que investigou o acidente com avião da Voepass, no qual 62 pessoas morreram, sendo 35 do Paraná e 22 de Cascavel (PR). Explicou que o objetivo dos trabalhos não foi buscar culpados, mas propor medidas legislativas para aumentar a segurança aérea. Além disso, destacou que dois projetos serão resultantes do relatório: um que institui regime especial de fiscalização da segurança operacional dos voos e outro que cria um comitê de cooperação entre instituições públicas e privadas para atendimento de vítimas e familiares em casos de acidentes. Por fim, reforçou o compromisso de avançar com a aprovação dessas propostas no Congresso.

Gisela Simona (UNIÃO - MT) - A Deputada alertou para os impactos da decisão do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que extinguiu a obrigatoriedade de identificação das chamadas de telemarketing pelo prefixo 0303. Lembrou que a medida, em vigor desde 2021, permitia ao consumidor reconhecer ligações comerciais e evitava golpes, já que somente empresas credenciadas podiam utilizá-la. Ressaltou que a decisão retirou direitos básicos previstos no Código de Defesa do Consumidor (CDC), como a informação e a liberdade de escolha, além de aumentar a vulnerabilidade a fraudes. Além disso, manifestou solidariedade ao Instituto de Defesa do Consumidor (PROCON) e ao Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), que já se posicionaram contra a medida. Por fim, defendeu equilíbrio nas ações da agência reguladora, com respeito aos consumidores e sem retrocessos.

Dr. Victor Linhalis (PODE - ES) - O Deputado registrou a presença do Prefeito Arnaldo Borgo, de Vila Velha (ES), ressaltando sua gestão marcada por austeridade, investimentos e capacidade de entrega. Afirmou que o trabalho desenvolvido vem transformando a realidade do Município e destacou a importância da parceria entre Parlamento e Executivo para ampliar avanços em políticas públicas locais. Por fim, manifestou satisfação em receber o Prefeito no Parlamento e reforçou a expectativa de continuidade dessa colaboração em benefício da cidade capixaba.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/08/2025

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado informou ter apresentado o Projeto de Lei Complementar nº 42, de 2023, que regulamenta o art. 201, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, para dispor sobre os requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, nos casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde. Destacou o trabalho da Deputada Geovania de Sá, relatora da proposta, e registrou que o relatório foi lido pelo Deputado Pastor Eurico. Também ressaltou a expectativa de apoio do Governo para aprovação, argumentando que a medida representava reparação a uma injustiça cometida contra categorias específicas. Por fim, comunicou que houve pedido de vista e que há previsão de votação, reiterando confiança na aprovação da matéria.

Valmir Assunção (PT - BA) - O Deputado destacou a realização da 20ª edição da Feira do Bode em Oliveira dos Brejinhos (BA), organizada pela Central das Associações de Fundo e Fecho de Pasto. Informou que o evento contou com a presença da Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social da Bahia, do Prefeito local, do Vereador Sandro — idealizador da feira —, além de lideranças regionais. Também ressaltou a relevância da iniciativa, que valoriza o trabalho das associações de fundo e fecho de pasto, já reconhecidas pelo Estado, e defendeu que a feira se consolide como um evento nacional.

Cobalchini (MDB - SC) - O Deputado criticou a decisão dos Estados Unidos de impor tarifa de 50% a produtos brasileiros, medida que atingiu duramente a economia catarinense, responsável por exportar 1,7 bilhão de dólares ao país em 2024, sendo 70% oriundos da indústria. Além disso, alertou que as perdas podem chegar a 157 milhões de dólares anuais, com risco de fechamento de empresas e até 75 mil demissões. Também relatou reuniões com o Ministro Geraldo Alckmin, autoridades americanas e a Secretaria de Comércio Exterior, além de requerimentos apresentados para apoiar o setor exportador. Destacou ainda os pacotes emergenciais anunciados pelo Governo de Santa Catarina, de 435 milhões de reais, e pelo Governo Federal, com 30 bilhões em créditos e medidas de proteção ao emprego. Ao finalizar, defendeu unidade política, rapidez e foco na preservação dos postos de trabalho.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado ressaltou a importância da retomada de programas sociais e de desenvolvimento pelo Governo Lula desde 2023. Nesse sentido, destacou os anúncios do Novo PAC Seleções, que contemplaram 27 Municípios do Espírito Santo: oito com novas creches e centros de educação infantil e dezenove com ônibus escolares. Também lembrou o reajuste da merenda escolar e iniciativas como o Pé-de-Meia, que reforçaram a centralidade da educação na agenda federal. Além disso, elogiou os vetos presidenciais a 63 dispositivos do PL do Licenciamento Ambiental, considerado por ele como “PL da Devastação”, que fragilizava a fiscalização ambiental. Por fim, defendeu a manutenção desses vetos para garantir um equilíbrio entre desenvolvimento e preservação da biodiversidade.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/08/2025

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado destacou a realização da Festa Nacional do Espumante Brasileiro (Fenachamp), em Garibaldi (RS), enaltecendo a qualidade do espumante produzido no Município, considerado por ele o melhor da América do Sul. Também apresentou a rainha, as princesas, o Vice-Prefeito Adriano Carniel e a Secretária de Garibaldi, representantes do evento. Além disso, convidou os presentes e a população brasileira para prestigiar a Fenachamp, que ocorrerá de 2 a 26 de outubro, ressaltando o papel da festa na valorização cultural e econômica da região.

Samuel Viana (REPUBLICANOS - MG) - O Deputado registrou a presença do Vereador PC Landim, de Montes Claros (MG), a quem elogiou como jovem liderança política do norte de Minas. Destacou o trabalho do parlamentar municipal na área social, no desenvolvimento econômico regional e, especialmente, à frente do Instituto Conexão, que atua no combate às drogas e na promoção do esporte como ferramenta de disciplina e inclusão. Ademais, afirmou que o Brasil precisa de novas lideranças e ressaltou o apoio do seu mandato ao Vereador e ao Prefeito Guilherme Guimarães, incentivando a busca de recursos em Brasília em favor da população norte-mineira.

Roberto Monteiro Pai (PL - RJ) - O Deputado denunciou a grave situação da violência no Rio de Janeiro, lamentando o assassinato do Sargento da PM Júlio César Garcia José, morto a tiros por ser reconhecido como policial, além da morte de outros agentes de segurança e da Sargento da Marinha Juliana da Silva, grávida de seis meses. Também destacou que já são 32 policiais mortos no Estado em 2024. Ademais, relatou o caso de Paulo Henrique Pereira Silva, jovem de 26 anos que morreu após sucessivas tentativas frustradas de atendimento médico. Defendeu penas mais severas contra criminosos, responsabilização na saúde pública e afirmou que segurança e saúde são direitos fundamentais.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado reforçou o convite para a Festa Nacional do Espumante Brasileiro (Fenachamp), que ocorrerá de 2 a 26 de outubro em Garibaldi (RS). Ao lado do Vice-Prefeito Adriano, entregou ao Presidente Icaro de Valmir uma garrafa especial de espumante, destacando a importância da festa para a valorização da produção local e para a promoção da Serra Gaúcha. Ressaltou que o espumante de Garibaldi (RS) é referência nacional e internacional e convidou todos a prestigiarem a Fenachamp.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado manifestou solidariedade ao professor João Paulo Cabrera, demitido pelo Governo do Rio de Janeiro após denunciar práticas de perseguição política contra docentes. Também relatou que Cabrera participou de relatório que expôs o uso de sindicâncias e mecanismos de vigilância para reprimir professores, conduzidos por policiais militares e agentes de segurança na Secretaria de Educação. Nesse contexto, criticou decreto estadual que facilita demissões e apontou risco na elaboração



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/08/2025

de um novo Estatuto dos Servidores com viés punitivo. Ao concluir, classificou a atuação do Governador Cláudio Castro como perseguidora e defendeu os professores atingidos.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado comentou a medida provisória lançada pelo Presidente Lula para apoiar empresas, especialmente pequenas, médias e familiares, afetadas pelo tarifaço imposto pelos Estados Unidos sob decisão de Donald Trump. Ressaltou que a iniciativa será analisada pelo Congresso e destacou a fala de Lula sobre a importância da soberania nacional, da democracia e do respeito aos direitos humanos. Destacou ainda que a medida garante amparo às empresas impactadas por ações unilaterais que desconsideram o multilateralismo, princípio essencial no cenário internacional atual.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada desejou êxito à gestão do Ministro Edson Fachin na Presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), pedindo equilíbrio, transparência e a recuperação da credibilidade da Corte, que deixou de ser guardiã da Constituição para atuar de forma política e persecutória contra cidadãos e Parlamentares. Nesse sentido, defendeu que a nova Presidência seja pacificadora. Em seguida, criticou a aprovação de emendas de Comissão sem critérios claros de distribuição. Relatou que alguns Parlamentares receberam valores expressivos, enquanto outros não receberam nada, sem que houvesse planilhas ou informações prévias disponíveis. Reforçou a necessidade de transparência e responsabilidade nas votações, afirmando que o atual modelo perpetua práticas de balcão de negócios.

Delegada Katarina (PSD - SE) - A Deputada registrou a visita da Vereadora Larissa De Sérgio, de Estância (SE), destacando que ela é a mais votada da história do Município e a mais jovem de Sergipe. Enalteceu o exemplo da Parlamentar como inspiração para a participação feminina na política, ressaltando a importância de mais mulheres atuantes na atuação política do País.

Roberto Monteiro Pai (PL - RJ) - O Deputado fez um registro de gratidão ao amigo Davi, representante do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Relatou momentos em que Davi o ajudou pessoalmente em situações de necessidade, destacando o valor da amizade e da solidariedade. Ressaltou que a gratidão não prescreve e deve ser sempre preservada, agradecendo publicamente pelo apoio recebido por ele e por sua família ao longo do tempo.

Delegado Marcelo Freitas (UNIÃO - MG) - O Deputado criticou o sistema de justiça criminal brasileiro, apontando que suas falhas decorrem de escolhas políticas. Destacou a postura do Governo Federal, seguindo decisões do Supremo Tribunal Federal, de liberalização ou descriminalização de drogas, e alertou para os problemas relacionados ao tráfico e à penalização desproporcional de cidadãos, citando exemplos de penas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/08/2025

severas aplicadas a pessoas idosas. Comparou a situação nacional com a crise norte-americana causada pelo fentanil, ressaltando o descompasso do sistema de justiça brasileiro e seus impactos negativos na sociedade.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada destacou a atuação do Presidente Lula e de sua equipe na correção de fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ocorridas em gestões anteriores. Registrou que 1,6 milhão de aposentados e pensionistas terão ressarcidos os valores descontados ilegalmente, por meio de crédito extraordinário autorizado em medida provisória. Ademais, enfatizou que o Governo priorizou os pagamentos, garantindo proteção às pessoas mais vulneráveis, e alertou que o INSS não solicita dados por *links*, SMS ou intermediários, usando apenas canais oficiais como o aplicativo Meu INSS, o *site gov.br/inss*, a Central 135 ou as agências dos Correios.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado criticou o Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, acusando-o de falta de senso de limite. Em seguida, comentou a condenação do Cacique Rony Pareci, indígena da região de Campo Novo de Parecis, em Mato Grosso, que participou de debates na Câmara dos Deputados e no Senado Federal sem cometer atos de vandalismo. Ressaltou o exemplo positivo do Cacique e da comunidade, cujo resultado da lavoura chega a 60 milhões de reais, e defendeu o direito de expressão do líder indígena. Finalizou expressando solidariedade à aldeia dos Parecis e ao Cacique Rony diante da condenação.

Cleber Verde (MDB - MA) - O Deputado destacou a importância de debater a adultização precoce, tema que tem mobilizado redes sociais, o Parlamento e a sociedade. Nesse contexto, mencionou o Projeto de Lei nº 3.856, de 2025, que propõe alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para incluir disposições específicas sobre essa questão. Também defendeu que a inclusão no ECA é fundamental para atualizar o instrumento legal e reforçar a proteção de crianças e adolescentes frente a práticas que antecipam responsabilidades e experiências próprias de adultos.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado destacou a medida do Presidente Lula que destina 30 bilhões de reais para apoiar empresas afetadas pelo tarifaço imposto pelos Estados Unidos. Explicou que a iniciativa, em forma de medida provisória, visa antecipar políticas da reforma tributária de 2027, garantindo compensação aos exportadores e preservação de empregos. Em seguida, elogiou a decisão presidencial, ressaltando que o objetivo é proteger a produção nacional e a soberania do Brasil, e criticou setores internos que favorecem interesses estrangeiros em detrimento do País. Concluiu reforçando a importância da união política para enfrentar tarifas externas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/08/2025

Marcelo Moraes (PL - RS) - O Deputado registrou a visita de uma comitiva de Vereadores de Rio Pardo (RS), composta por Diego Bitencourte, Tiago Mello, Getúlio Júnior e Tonho Limberger, que trouxe reivindicações relacionadas aos impactos das cheias de 2024 no Município. Além disso, destacou o acompanhamento da tramitação do projeto de securitização, considerado essencial para o fortalecimento da agricultura gaúcha e o refinanciamento das dívidas dos produtores. Também elogiou a atuação do Vereador Tonho Limberger, que tem buscado junto a Deputados e Senadores apoio para viabilizar medidas que garantam a continuidade da atividade agrícola no Estado.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada criticou o Deputado licenciado Eduardo Bolsonaro, acusando-o de agir contra o Brasil e comprometer a dignidade parlamentar. Afirmou que, apesar de contar com estrutura e assessores da Câmara, o Parlamentar cumpre uma meta de ataque ao País e defendeu a cassação do seu mandato. Além disso, repudiou a atuação de apoiadores da extrema direita que funcionam como capachos da família Bolsonaro, reforçando a necessidade de preservar a integridade e a seriedade da Casa Legislativa.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado destacou o lançamento do Plano Brasil Soberano, que destina cerca de 30 bilhões de reais para apoiar empresas exportadoras afetadas pelo tarifaço imposto pelos Estados Unidos. Ademais, criticou a atuação de Eduardo Bolsonaro, afirmando que, como responsável pela articulação do tarifaço junto a outros apoiadores, deveria arcar com os custos e perder o mandato por agir contra os interesses do País, classificando-o como traidor da Pátria.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado criticou a postura dos Estados Unidos em relação ao Brasil, destacando o histórico de dependência econômica e social do País desde a independência e a influência norte-americana em golpes de Estado na América Latina. Defendeu a soberania do Brasil, lembrando que apenas 12% do comércio exterior é com os EUA, enquanto a China amplia parcerias. Ao final, enfatizou a necessidade de justiça social e tributária, com a reforma tributária, taxaço dos super-ricos e isenção de Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil.

Zucco (PL - RS) - O Deputado criticou o Governo Lula pela falta de diálogo diante da taxaço imposta pelos Estados Unidos. Informou que dezenas de países foram atingidos, mas apenas o Brasil respondeu de forma ineficaz, prejudicando agro, comércio e indústria. Também acusou o Presidente de priorizar viagens luxuosas em vez de buscar soluções diplomáticas e afirmou que Lula estaria em pré-campanha, apostando na ruptura política.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/08/2025

Orlando Silva (PCdoB - SP) - O Deputado defendeu a aprovação de lei para combater a pedofilia e o abuso sexual infantil na *Internet*. Destacou a necessidade de que aplicativos sejam projetados com mecanismos de proteção à infância, garantindo controle parental e responsabilização das plataformas digitais quando se omitem diante de crimes. Também argumentou que empresas de tecnologia não podem ser cúmplices de criminosos ao negligenciar o dever de cuidado. Ao final, afirmou que o Congresso acerta ao exigir segurança para crianças e adolescentes e que a próxima etapa será enfrentar a censura privada das plataformas, preservando a liberdade de expressão.

Delegado Éder Mauro (PL - PA) - O Deputado criticou a tentativa da esquerda de responsabilizar Eduardo Bolsonaro pelo aumento de tarifas dos EUA. Afirmou que o Presidente Lula não tem legitimidade para negociar com os norte-americanos e o acusou de priorizar alianças com países comunistas, colocando em risco a relação com o dólar. Também ressaltou que reação de Donald Trump seria previsível e a culpa do tarifaço recai sobre Lula e a esquerda. Por fim, disse esperar que o debate sobre *Internet* vise proteger crianças e adolescentes, e não restringir a liberdade dos brasileiros, atacando ainda projetos defendidos pela oposição.

Bebeto (PP - RJ) - O Deputado registrou a presença do Prefeito de São José do Vale do Rio Preto (RJ), Zé Carlos do Mariano, do Vice-Prefeito Dr. Anacleto e de Fabrício, do aviário, acompanhado do Deputado Juninho do Pneu. Destacou o envio de emendas parlamentares para fortalecer o Município, elogiou a gestão local e ressaltou a importância de São José do Vale do Rio Preto, na Região Serrana do Rio de Janeiro, destacando sua beleza e relevância.

Joaquim Passarinho (PL - PA) - O Deputado relatou que, enquanto o Prefeito de Parauapebas (PA) estava em Brasília (DF) pedindo apoio para o Município, a sede da Prefeitura foi invadida pelo MST. Informou que houve depredação de portas, vidros e objetos, além de furtos, mesmo com a presença da Guarda Municipal. Ao final, classificou o ato como violento, protestou contra a ação e destacou que a sala do Prefeito também foi destruída, criticando a atuação do movimento, que considerou ilegal no País.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado elogiou o lançamento do Plano Brasil Soberano pelo Governo Lula, destacando que a medida destina R\$ 35 bilhões em linhas de crédito e incentivos para proteger empresas, empregos e a economia nacional diante do impacto das tarifas impostas por Donald Trump, a quem chamou de “bandoleiro fascista”. Também criticou setores que, segundo ele, atuam como “capachos” dos Estados Unidos, defendendo que o Brasil fortaleça sua soberania e amplie parcerias com os BRICS, responsáveis por



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/08/2025

36% do PIB mundial. Por fim, afirmou que a população brasileira rejeita a ingerência externa e defendeu a reeleição de Lula como símbolo de resistência democrática.

Ivoneide Caetano (PT - BA) - A Deputada registrou a visita do Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, Marcelo Bregagnoli, às obras do Instituto Federal Baiano em Santo Estêvão (BA)], financiadas pelo Novo PAC. Também agradeceu ao Ministro Rui Costa e destacou o investimento de R\$ 5 bilhões do Governo Federal, no último ano, para fortalecer os Institutos Federais e a educação pública.

Rodolfo Nogueira (PL - MS) - O Deputado criticou o Presidente Lula ao comentar a medida provisória de R\$ 30 bilhões. Afirmou que Lula demonstrou “pequenez diplomática” ao se recusar a dialogar com Donald Trump para enfrentar o tarifaço, enquanto outros países já negociaram reduções. Enfatizou que o Governo tenta transferir a responsabilidade ao Deputado Eduardo Bolsonaro e acusou Lula de agir com arrogância. Lembrou ainda a entrega da refinaria de gás à Bolívia no Governo Evo Morales, classificando Lula como um “anão diplomático” na condução das relações internacionais.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado criticou o PT e o que chamou de “bate-latas” do partido, acusando-os de espalhar mentiras sobre bolsonaristas e sobre o Deputado Eduardo Bolsonaro. Afirmou que a narrativa de que Eduardo se reuniria com Donald Trump para “mais tarifaço” é uma canalhice. Ao final, questionou críticas de adversários que chamaram bolsonaristas de “vira-latas”, lembrando que, na sua visão, o PT teria historicamente apoiado ditaduras e grupos como Hamas e Hezbollah.

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado criticou o PT, acusando o partido de propagar mentiras sobre tributos e tarifas internacionais, como a taxa dos Estados Unidos ao Brasil. Apontou que o PT poderia ter reduzido ou eliminado diversos tributos internos, mas apenas aumentou impostos, como PIS/Cofins, IPI de produtos industrializados e IOF. Acusou o Governo de agir como um “anão diplomático” por não negociar com Trump e afirmou que a esquerda usa essas situações para discurso político. Também criticou a COP 30, alegando que os recursos poderiam ser investidos em educação e saúde, em vez de criar obstáculos para o setor produtivo e o agronegócio.

Silvia Cristina (PP - RO) - A Deputada reforçou a necessidade de votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 47, de 2023, que busca garantir a transposição de servidores que atuaram nos ex-Territórios de Rondônia, Amapá e Roraima para o quadro federal, está há dois anos na Câmara. Nesse sentido, apelou ao Presidente Hugo Motta e à Mesa Diretora para incluir a matéria na pauta, destacando que se trata de uma questão de justiça e não de ideologia.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/08/2025

Mauricio Marcon (PODE - RS) - O Deputado criticou a Esquerda e a imprensa por chamarem Eduardo Bolsonaro de “traidor da Pátria”, lembrando que, historicamente, aqueles que lutaram contra ditaduras, como os alemães na Segunda Guerra Mundial e a líder venezuelana María Corina Machado, também foram rotulados como traidores. Também afirmou que Eduardo Bolsonaro age em defesa da liberdade e declarou seu apoio ao Parlamentar.

Fausto Santos Jr. (UNIÃO - AM) - O Deputado manifestou preocupação com o veto ao novo Marco do Licenciamento Ambiental, ressaltando que isso prejudica a manutenção da BR-319, estrada fundamental para Manaus (AM), única cidade com mais de 2 milhões de habitantes sem ligação rodoviária com o restante do País. Destacou que a promessa de reasfaltamento feita pelo Presidente Lula não foi cumprida e afirmou que a bancada do Amazonas atuará de forma unida para derrubar o veto.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado criticou o que considerou soluções simplistas do Governo e de outros Parlamentares para problemas complexos, como a regulação de redes sociais diante de questões sérias como assédio e deturpação sexual infantil. Também questionou o uso de recursos públicos, apontando que a medida provisória de 30 bilhões de reais para socorrer empresas afetadas pelo tarifaço transfere o custo para os trabalhadores. Ao final, destacou que defender a soberania não deve ser confundido com ações precipitadas ou populistas e sugeriu que o Governo deveria adotar negociações mais responsáveis, protegendo os interesses do País sem onerar a população.

Sanderson (PL - RS) - O Deputado questionou o resgate de uma ex-Primeira-Dama do Peru, realizado pelo Governo Federal, e pediu investigação ao Procurador-Geral da República sobre a legalidade da operação. Afirmou que a viagem foi custeada com recursos públicos e considerou o ato um ataque à soberania do Peru. Também defendeu a instauração de um pedido de *impeachment* contra o Presidente Lula, argumentando que o resgate teria ocorrido à revelia das autoridades judiciárias peruanas, classificando o procedimento como criminoso e exigindo uma resposta rápida do PGR.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado exaltou a visita de Eduardo Bolsonaro aos Estados Unidos, destacando que ele foi recebido na Casa Branca como prova da proximidade com o Presidente Donald Trump. Apontou que o gesto representou reconhecimento ao Brasil e criticou a reação da oposição. Comentou a taxação de 50% sobre produtos brasileiros determinada por Trump, avaliando que a medida teve caráter de alerta internacional diante da crise política e judicial no País, com impacto considerado baixo no Produto Interno Bruto (PIB). Além disso, defendeu que, com um Governo de direita, as tarifas poderiam ser zeradas, assim como ocorre em grande parte dos produtos argentinos. Por fim, rejeitou a ideia de que a decisão atingisse a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/08/2025

soberania nacional e criticou decisões do Judiciário, citando declaração do ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio, sobre a saúde mental de Alexandre de Moraes.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado comentou o anúncio do Presidente Lula de um plano de 30 bilhões de reais para socorrer setores atingidos pelo chamado “tarifaço do Trump”, que classificou como resultado da articulação de Bolsonaro e da extrema direita contra o Brasil e sua soberania. Explicou que parte dos recursos, cerca de 9,5 bilhões, viria do Tesouro, destacando a ausência de críticas do mercado e de partidos como o Partido Novo (NOVO), que normalmente se opunham a gastos voltados à educação e saúde. Argumentou que a medida evidenciaria o contraste entre a rapidez em liberar socorro para setores ricos e a resistência em ampliar recursos para programas sociais. Também defendeu o fortalecimento da educação. Por fim, lembrou do encerramento do prazo para apresentação das alegações finais em processo judicial contra Jair Bolsonaro e previu punição a golpistas.

Lenir de Assis (PT - PR) - A Deputada parabenizou a Universidade Estadual de Londrina (UEL) pelos 55 anos de atividades, ressaltando sua relevância na produção acadêmica e na contribuição para a sociedade paranaense e brasileira. Destacou o projeto recente da instituição voltado a fortalecer os vínculos com seus egressos, lembrando que mais de 100 mil pessoas já se formaram na UEL e hoje exercem papéis importantes em diferentes regiões do País e no exterior. Por fim, reafirmou compromisso com a valorização da universidade pública, do ensino superior e da educação pública como pilares essenciais para o desenvolvimento social e científico.

Silvye Alves (UNIÃO - GO) - A Deputada relatou ter recebido, em seu e-mail oficial da Câmara, mensagens com imagens pornográficas enviadas por um assediador sexual, destacando que não foi a única vítima entre as Parlamentares. Informou que a investigação conduzida pelo Departamento de Polícia Legislativa (DEPOL) identificou o autor, um frentista de Duque de Caxias (RJ) com histórico de crimes semelhantes. Enfatizou que assédio sexual não pode ser tratado como delito de menor potencial, pois pode estar associado a práticas mais graves. Agradeceu ao trabalho da Polícia Legislativa e reforçou que a denúncia é fundamental para enfrentar a violência contra mulheres. Por fim, ressaltou que a luta contra assediadores é coletiva e não deve ser silenciada.

Messias Donato (REPUBLICANOS - ES) - O Deputado celebrou o aniversário do Deputado Alfredo Gaspar, de Alagoas. Ressaltou que Gaspar construiu trajetória como Secretário de Segurança e Promotor de Justiça, reconhecendo-o como grande jurista. Além disso, destacou sua amizade com os Parlamentares e seu exemplo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/08/2025

como pai de família. Ademais, enalteceu sua contribuição à 57ª Legislatura do Congresso Nacional. Ao final, dirigiu-lhe parabéns e votos de felicidades, registrando o reconhecimento público à sua atuação.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado destacou que, em 2022, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei (PL) nº 1.440, de 2019, de autoria do então Deputado Wladimir Garotinho, que dispõe sobre a criação do Fundo de Desenvolvimento Econômico da Mesorregião Geográfica do Norte e Noroeste Fluminense como áreas de semiárido. Ademais, relatou que a proposição foi posteriormente aprovada no Senado, mas acabou vetada integralmente pelo Presidente Lula. Ressaltou ainda que a classificação climática, prevista no projeto, facilitaria o acesso a linhas de crédito para agricultores da região. Ao final, alertou o Governo Federal sobre a necessidade de manter o PL para fortalecer a economia local.

Capitão Alden (PL - BA) - O Deputado destacou o debate ocorrido na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF) sobre o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 42, de 2023, de autoria do Deputado Alberto Fraga, que regulamenta o art. 201, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, para dispor sobre os requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, nos casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde, e dá outras providências. Ademais, ressaltou que o parecer do Deputado Pastor Eurico corrigiu injustiças da reforma da Previdência ao reincluir categorias no rol de aposentadoria especial. Além disso, destacou a inserção de guardas civis municipais, agentes de trânsito e vigilantes privados, cuja atuação envolve riscos físicos, psicológicos, biológicos e químicos. Ao final, manifestou expectativa pela aprovação do PLP.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado denunciou a invasão da Prefeitura de Parauapebas (PA) pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), classificando os invasores como terroristas. Ademais, recordou que já havia enfrentado o grupo em ocasião anterior, quando os desafiou publicamente. Além disso, questionou se os responsáveis pelo episódio haviam sido presos ou condenados, comparando a situação à pena de 17 anos aplicada a uma manifestante pelo ato de passar batom na estátua da Justiça. Ao final, criticou a disparidade de tratamento entre os casos.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado criticou a incoerência de Parlamentar que classificou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) como terrorista, lembrando que o próprio orador já havia promovido invasão da Mesa da Câmara dos Deputados. Ressaltou que o MST promove ocupações em defesa da reforma agrária e do direito à alimentação, enquanto quem atacou a democracia busca anistia para golpistas. Ademais, prestou homenagem ao gari Laudemir, assassinado em Belo Horizonte (MG) após



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/08/2025

discussão com um motorista que não conseguiu passar com seu carro de luxo. Além disso, relatou que o autor do crime foi preso e a Polícia Civil investiga o caso. Ao final, solidarizou-se com a família da vítima e estendeu a homenagem a todos os garis.

Pedro Aihara (PRD - MG) - O Deputado lamentou a violência em Minas Gerais, relatando o assassinato do policial penal Euler, morto durante escolta hospitalar após ser desarmado por um preso que fugiu vestindo sua farda, mas acabou recapturado. Ressaltou que Euler era irmão do Sargento Alves, do Corpo de Bombeiros, e deixou três filhos órfãos. Ademais, destacou o assassinato do garí Laudemir, executado em Belo Horizonte (MG) por um motorista de carro de luxo irritado com a limpeza da via. Além disso, criticou a banalização da violência e alertou para a crise moral que atinge o País. Ao final, defendeu investimentos em educação e segurança pública, reafirmou solidariedade às famílias das vítimas e sustentou que a pauta abranja temas relevantes que resgatem a grandeza da Câmara dos Deputados.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado alertou para a perseguição política promovida pela ditadura do Poder Judiciário contra a Deputada Carla Zambelli, que foi obrigada a se exilar na Europa. Ressaltou que a Parlamentar enfrenta graves problemas de saúde e lembrou que foi a mulher mais votada nas eleições de 2022. Ademais, acusou o Supremo Tribunal Federal (STF) de violar reiteradas vezes a Constituição, em especial o art. 53, que trata das prerrogativas parlamentares, promovendo um estado de exceção. Além disso, questionou a ausência das defensoras das mulheres e da democracia diante do caso. Ao final, manifestou solidariedade à Deputada Carla Zambelli neste momento difícil.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado contrastou a atuação da Oposição, que busca anistia para golpistas, ao trabalho do Governo Lula em favor da população. Ademais, ressaltou que as irregularidades cometidas contra aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), iniciadas em gestões anteriores, estavam sendo corrigidas. Ao final, enfatizou que 98% dos aposentados e pensionistas já haviam sido ressarcidos dos descontos indevidos em seus salários.

Any Ortiz (CIDADANIA - RS) - A Deputada questionou o real significado da saída do Brasil do Mapa da Fome, lembrando que a classificação da Organização das Nações Unidas (ONU) considera apenas o critério de consumo calórico mínimo por mais de 5% da população em situação de subalimentação crônica. Ressaltou que o Governo distribuiu, por meio de Organizações não governamentais (ONGs) e parcerias, 67,2 milhões de produtos ultraprocessados, como doces e alimentos calóricos, apenas para cumprir a meta técnica. Ademais, criticou que tal medida não solucionou a fome real, nem garantiu nutrição ou dignidade, mantendo milhões de brasileiros em insegurança alimentar. Ao final, afirmou que a ação resultou em manchetes positivas, mas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/08/2025

não enfrentou a raiz do problema, defendendo políticas que assegurem desenvolvimento e alimentação de qualidade ao povo.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado relatou que a Frente Parlamentar Evangélica se reuniu com o Senador Alessandro Vieira, autor do Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais. Ademais, explicou que o objetivo foi esclarecer se a proposição trata especificamente da responsabilização das plataformas digitais pela proteção de crianças e adolescentes contra a adultização. Ressaltou ainda que a Frente sempre pautou sua atuação na defesa da família e dos menores. Além disso, advertiu que não será permitido ao Governo ou a partidos utilizar tema tão sensível para aprovar medidas de censura. Ao final, reafirmou o compromisso com a proteção de crianças e adolescentes e com a garantia da liberdade de expressão.

ORDEM DO DIA

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado manifestou indignação contra abusadores, pedófilos e estupradores, afirmando que a maioria da população brasileira defenderia a pena de morte ou prisão perpétua para tais crimes, embora a Constituição não permita. Ademais, alertou os Parlamentares para o risco do chamado “Cavalo de Troia”, associado a propostas legislativas apressadas diante da exposição de casos de erotização e adultização de crianças nas redes sociais. Ressaltou que a defesa da inocência infantil deve ser firme, mas sem comprometer a liberdade de expressão. Além disso, acusou o Governo e a Esquerda de se aproveitarem do tema para impor projetos de censura. Ao final, reiterou a necessidade de punir criminosos que atentam contra crianças e reafirmou o compromisso com a liberdade do povo brasileiro.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado reconheceu a importância da pauta de proteção às crianças, mas denunciou a hipocrisia de setores que agora se apresentam como defensores do tema. Criticou uma emissora de televisão, que, antes mesmo da Internet, promoveu a adultização e a erotização infantil em programas que expunham crianças a danças inadequadas. Ressaltou que esses agentes contribuíram para a sexualização precoce e, no presente, buscam apenas afastar a concorrência ao defender a regulação das redes sociais. Ao final, advertiu que a defesa das crianças deve ser firme, mas sem ceder às armadilhas de quem explora o tema por conveniência.

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado destacou a instalação iminente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Afirmou que a investigação trará luz às irregularidades que atingiram os mais necessitados, especialmente os idosos, que não poderiam ter sido



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/08/2025

vítimas de desvios. Ademais, assegurou que a CPMI apontará os responsáveis e cobrará a devida responsabilização. Ao final, manifestou satisfação em integrar a comissão e reiterou o compromisso de trabalhar em favor da proteção e dos direitos dos idosos.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 582, de 2015, que acrescenta o art. 232-A ao Decreto-Lei 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar, tipificando o assédio sexual.

Dr. Zacharias Calil (UNIÃO - GO) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 582, de 2015, que acrescenta o art. 232-A ao Decreto-Lei 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar, tipificando o assédio sexual. Ademais, destacou a decisão do Secretário de Estado do Governo estadunidense de cancelar vistos de diversos brasileiros vinculados ao Programa Mais Médicos. Explicou que a medida foi justificada como resposta a um suposto esquema de exportação de trabalho forçado do regime cubano. Ao final, informou que a decisão também atingiu ex-funcionários da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas).

Dr. Zacharias Calil (UNIÃO - GO) - O Deputado destacou a realização, em hospital público, de uma cirurgia de separação de gêmeas siamesas, feita integralmente pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Ressaltou que coordenou a equipe médica responsável pelo procedimento e destacou a importância do trabalho coletivo, em especial no pós-operatório e na Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Ademais, agradeceu ao Presidente e aos colegas Parlamentares pelo apoio recebido. Ao final, parabenizou os profissionais do Hospital Estadual da Criança e do Adolescente de Goiânia (GO).

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 582, de 2015, que acrescenta o art. 232-A ao Decreto-Lei 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar, tipificando o assédio sexual. Ademais, saudou a retirada de obstrução parlamentar pelo Partido Liberal (PL).

Pedro Aihara (PRD - MG) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 582, de 2015, que acrescenta o art. 232-A ao Decreto-Lei 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar, tipificando o assédio sexual.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 582, de 2015, que acrescenta o art. 232-A ao Decreto-Lei 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar, tipificando o assédio sexual. Ademais, criticou os Parlamentares que defendem a regulamentação das redes sociais como forma de combater abusos sexuais, classificando essa posição como hipócrita. Ressaltou que muitos desses



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/08/2025

Parlamentares rejeitaram medidas mais duras para criminosos como o aumento da pena para estupro e a castração de estupradores. Além disso, advertiu que a regulamentação das redes sociais não resolve o problema, servindo apenas como pretexto para restringir a divulgação de casos e desviar o foco da verdadeira proteção às vítimas. Ao final, defendeu rigor na punição a crimes sexuais.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 582, de 2015, que acrescenta o art. 232-A ao Decreto-Lei 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar, tipificando o assédio sexual.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 582, de 2015, que acrescenta o art. 232-A ao Decreto-Lei 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar, tipificando o assédio sexual.

Pastor Henrique Vieira (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 582, de 2015, que acrescenta o art. 232-A ao Decreto-Lei 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar, tipificando o assédio sexual.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 582, de 2015, que acrescenta o art. 232-A ao Decreto-Lei 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar, tipificando o assédio sexual.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 582, de 2015, que acrescenta o art. 232-A ao Decreto-Lei 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar, tipificando o assédio sexual.

Duarte Jr. (PSB - MA) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 582, de 2015, que acrescenta o art. 232-A ao Decreto-Lei 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar, tipificando o assédio sexual. Defendeu a Proposta de Emenda à Constituição nº 169, de 2019, que altera o art. 37 da Constituição Federal, para permitir a acumulação remunerada de um cargo de professor com outro de qualquer natureza.

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 582, de 2015, que acrescenta o art. 232-A ao Decreto-Lei 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar, tipificando o assédio sexual.

André Fernandes (PL - CE) - O Deputado prestou solidariedade a Parlamentares intimados pela Corregedoria após manifestação no plenário. Afirmou que atos semelhantes já haviam sido realizados pela oposição em legislaturas anteriores. Recitou um cordel no qual abordou temas como liberdade de expressão, proteção da infância, políticas do Governo federal e discussões sobre censura nas redes sociais. Também citou episódios de repercussão nacional envolvendo influenciadores digitais e mencionou o *homeschooling*, criminalidade juvenil e combate à pedofilia. Destacou o papel do Parlamento nos debates sobre direitos de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/08/2025

crianças e adolescentes e expressou preocupação com propostas que, segundo ele, poderiam restringir a atuação política e social da oposição.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada criticou setores que se posicionaram contra a exploração sexual de crianças e adolescentes, mas rejeitaram a regulamentação das redes sociais. Afirmou que essas plataformas têm sido usadas para mercantilizar corpos, difundir desafios perigosos e propagar *fake news*. Defendeu a regulação digital como medida de proteção à infância e reforçou que o Parlamento deveria atuar de forma coerente na defesa de direitos fundamentais.

Coronel Fernanda (PL - MT) - A Deputada proferiu parecer às Emendas de Plenário do Projeto de Lei nº 582, de 2015, que acrescenta o art. 232-A ao Decreto-Lei 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar, tipificando o assédio sexual.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada encaminhou a votação das Emendas de Plenário do Projeto de Lei nº 582, de 2015, que acrescenta o art. 232-A ao Decreto-Lei 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar, tipificando o assédio sexual.

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada encaminhou a votação das Emendas de Plenário do Projeto de Lei nº 582, de 2015, que acrescenta o art. 232-A ao Decreto-Lei 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar, tipificando o assédio sexual.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado elogiou a aprovação do Projeto de Lei nº 582, de 2015, que acrescenta o art. 232-A ao Decreto-Lei 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar, tipificando o assédio sexual.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado destacou o lançamento do Plano Brasil Soberano pelo Presidente Lula, voltado à proteção da economia, empresas e empregos, com investimentos de R\$ 40 bilhões em crédito, garantias e estímulo às exportações. Citou indicadores como a queda do dólar, o menor índice de desemprego da história (5,8%), aumento da renda média para R\$ 3.497, redução da inflação e saída do Brasil do Mapa da Fome. Criticou a atuação de Eduardo Bolsonaro, a quem acusou de ameaçar autoridades e de manter assessores pagos com recursos públicos enquanto está nos Estados Unidos. Informou que a bancada do PT protocolou novo pedido de cassação do Deputado. Encerrou defendendo a firmeza das instituições e reafirmando apoio ao Governo federal na preservação de empregos e na defesa da soberania nacional.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/08/2025

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada apresentou questão de ordem para cobrar andamento de representação contra o Deputado Eduardo Bolsonaro, protocolada em julho de 2025 pelo PSOL no Conselho de Ética. Afirmou que o deputado se articulou com um Presidente estrangeiro para prejudicar a economia brasileira, apoiando taxa de 50% sobre exportações, medida que afetaria empregos e setores produtivos. Criticou a demora da Mesa da Câmara em despachar representações da bancada, que, segundo ela, permaneciam engavetadas, inclusive as relativas aos atos de 8 de janeiro. Defendeu que a conduta do parlamentar configurava ataque à soberania nacional, ao Judiciário e ao povo brasileiro. Reforçou o pedido de cassação imediata e exigiu que o processo fosse encaminhado ao Conselho de Ética para apreciação.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado defendeu a atuação do Deputado Eduardo Bolsonaro nos Estados Unidos, classificando sua agenda internacional como uma missão em defesa da liberdade do povo brasileiro. Criticou a iniciativa do Supremo Tribunal Federal de receber influenciadores digitais em encontro destinado a melhorar a imagem dos ministros da Corte. Citou o influenciador Misael, de Pernambuco, conhecido por produzir conteúdos humorísticos, e sugeriu que ele se afastasse da aproximação com o ministro Alexandre de Moraes, mencionando a possibilidade de aplicação da chamada Lei Magnitsky. Ressaltou a importância da atuação política no cenário internacional e encerrou com referência à proteção do Brasil.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado apresentou questão de ordem contra críticas ao Deputado Eduardo Bolsonaro. Citou o artigo 16 da Resolução nº 2/2011, que estabelece prazo máximo de 60 dias úteis para deliberação de processos no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, ressaltando que a norma deveria ser aplicada de forma igualitária. Mencionou ainda que a regra já havia sido usada em referência ao Deputado Glauber Braga e defendeu que o Plenário mantivesse coerência no cumprimento do regimento interno. Afirmou não desejar o insucesso de nenhum colega, mas destacou a necessidade de respeito às normas para garantir justiça e equilíbrio nos processos de cassação ou penalidades dentro da Câmara dos Deputados.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado respondeu às críticas feitas pelo Deputado Luiz Lima, afirmando que o colega buscava criar uma polarização por interesse eleitoral após ter redução expressiva de votos entre eleições. Relatou episódio em que Luiz Lima, em encontro pessoal, teria se colocado à disposição para defendê-lo em processo no Conselho de Ética, o que demonstrava incoerência entre declarações públicas e privadas. Afirmou manter a mesma postura dentro e fora do plenário e criticou a tentativa de desviar responsabilidades de partidos ligados a atos golpistas. Ressaltou ainda que não caberia comparação entre quem denunciou irregularidades no orçamento secreto e quem, como o Deputado Eduardo Bolsonaro, foi acusado de articular conspirações contra a soberania nacional.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/08/2025

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado respondeu às menções feitas pelo Deputado Glauber Braga em plenário e afirmou que mudar de opinião fazia parte da evolução humana. Criticou o colega por, segundo ele, atacar pessoas em vez de ideias e por estimular rancor e hostilidade nos debates. Ressaltou que sua trajetória política começou aos 40 anos e que não dependia da política para viver, já que atuava como professor de educação física e possuía carreira consolidada fora do Parlamento. Declarou que, caso não fosse reeleito em 2026, não permaneceria vinculado a partidos para receber salários, reforçando sua independência em relação à vida política. Buscou marcar diferenças de postura e trajetória em relação ao Deputado Glauber Braga.

Alencar Santana (PT - SP) - O Deputado destacou o lançamento do Plano Brasil Soberano pelo Presidente Lula, em cerimônia no Palácio do Planalto com a presença de ministros, líderes do Congresso e parlamentares. Informou que o plano previu a destinação de R\$ 30 bilhões em apoio ao setor produtivo afetado por barreiras comerciais impostas ao Brasil, além da criação de mecanismos estruturais, como seguros garantidores para pequenas e médias empresas. Afirmou que a medida visava proteger a economia, as indústrias e os empregos, ressaltando que o trabalhador não poderia ser prejudicado. Acusou o Deputado Eduardo Bolsonaro de alta traição por articular, no exterior, ações contrárias aos interesses nacionais e ao Judiciário brasileiro. Enfatizou que a defesa da soberania exigia firmeza diante de pressões externas e parabenizou o Governo pela condução do plano em diálogo com setores econômicos.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada afirmou que a defesa do Brasil se media por ações concretas e acusou o Deputado Eduardo Bolsonaro de articular, nos Estados Unidos, sanções contra a economia brasileira, incluindo taxação de 50% sobre produtos nacionais. Informou que essa postura representava ataque à soberania, ao Judiciário e à democracia, além de integrar a continuidade de um golpe iniciado com os atos de 8 de janeiro. Destacou que Eduardo Bolsonaro celebrou publicamente as medidas que poderiam gerar perda de empregos e prejudicar setores produtivos. Mencionou o lançamento do Plano Brasil Soberano, anunciado pelo Presidente Lula, com R\$ 30 bilhões em crédito para apoiar empresas e trabalhadores. Defendeu que a Câmara cassasse o mandato de Eduardo Bolsonaro como forma de responsabilização por traição à Pátria e por ameaças às instituições democráticas.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de lei nº 3.163, de 2023, que altera o inciso IV do Artigo 60 da Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, para determinar, nos processos eleitorais das organizações esportivas, sistema de recolhimento de votos imunes a fraude, assegurada a votação não presencial.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/08/2025

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de lei nº 3.163, de 2023, que altera o inciso IV do Artigo 60 da Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, para determinar, nos processos eleitorais das organizações esportivas, sistema de recolhimento de votos imunes a fraude, assegurada a votação não presencial. Além disso, responsabilizou o Presidente Lula por decisões como o envio de avião da Força Aérea Brasileira ao Peru para trazer ao País uma condenada por corrupção, a defesa de moeda única nos BRICS e a recepção ao presidente Nicolás Maduro. Também acusou Lula de financiar a Rússia por meio da compra de diesel e afirmou que o atual Governo é o responsável pelo aumento de tarifas e pela crise enfrentada no Brasil.

Evair Vieira de Melo (PP - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de lei nº 3.163, de 2023, que altera o inciso IV do Artigo 60 da Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, para determinar, nos processos eleitorais das organizações esportivas, sistema de recolhimento de votos imunes a fraude, assegurada a votação não presencial. Ademais, criticou o Presidente Lula, afirmando que ele não teve atitude nem humildade para negociar com Donald Trump e, em vez disso, usa recursos dos impostos para conceder empréstimos com juros altos.

Duarte Jr. (PSB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de lei nº 3.163, de 2023, que altera o inciso IV do Artigo 60 da Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, para determinar, nos processos eleitorais das organizações esportivas, sistema de recolhimento de votos imunes a fraude, assegurada a votação não presencial.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de lei nº 3.163, de 2023, que altera o inciso IV do Artigo 60 da Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, para determinar, nos processos eleitorais das organizações esportivas, sistema de recolhimento de votos imunes a fraude, assegurada a votação não presencial.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de lei nº 3.163, de 2023, que altera o inciso IV do Artigo 60 da Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, para determinar, nos processos eleitorais das organizações esportivas, sistema de recolhimento de votos imunes a fraude, assegurada a votação não presencial.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de lei nº 3.163, de 2023, que altera o inciso IV do Artigo 60 da Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/08/2025

para determinar, nos processos eleitorais das organizações esportivas, sistema de recolhimento de votos imunes a fraude, assegurada a votação não presencial.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado afirmou que o Ministro Alexandre de Moraes cometeu violações de direitos humanos, citando vigilância ilegal, uso indevido de dados pessoais, discriminação política e ideológica, censura, prisões arbitrárias e supressão do devido processo legal. Também declarou que Moraes concentrou poderes indevidamente e atacou a Constituição, contrariando o papel de guardião que deveria exercer e classificou Alexandre de Moraes como um traidor da Pátria.

Gilvan da Federal (PL - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de lei nº 3.163, de 2023, que altera o inciso IV do Artigo 60 da Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, para determinar, nos processos eleitorais das organizações esportivas, sistema de recolhimento de votos imunes a fraude, assegurada a votação não presencial. Além disso, declarou que Luiz Inácio Lula da Silva seria o verdadeiro traidor da Pátria, acusando-o de apoiar o Hamas e ditadores como Hugo Chávez e Nicolás Maduro. Ressaltou que Eduardo Bolsonaro estaria se sacrificando em defesa da liberdade do povo brasileiro. Ao final, questionou pedidos de cassação do colega, lembrando que outros Parlamentares envolvidos em escândalos, como rachadinha ou agressões, não tiveram seus mandatos cassados.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de lei nº 3.163, de 2023, que altera o inciso IV do Artigo 60 da Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, para determinar, nos processos eleitorais das organizações esportivas, sistema de recolhimento de votos imunes a fraude, assegurada a votação não presencial. Acusou a extrema direita de buscar ampliar privilégios ligados à corrupção, defendendo o fim do foro privilegiado apenas para transferir seus casos para a primeira instância e, assim, prolongar processos até o fim dos mandatos. Também declarou que a extrema direita estaria mais alinhada aos interesses dos Estados Unidos do que aos do povo brasileiro.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado lamentou o adiamento da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 169, de 2019, que autoriza professores a acumular cargos quando houver compatibilidade de horários. Acusou o Governo de barrar a proposta e convocou uma mobilização nacional em defesa da categoria, afirmando que é um absurdo apenas os professores não poderem acumular funções. Por fim, pediu pressão sobre os Deputados, especialmente do PT, para apoiar a matéria e informou que há compromisso do Presidente Hugo Motta de pautar a votação na próxima semana.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/08/2025

Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS - SP) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de lei nº 3.163, de 2023, que altera o inciso IV do Artigo 60 da Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, para determinar, nos processos eleitorais das organizações esportivas, sistema de recolhimento de votos imunes a fraude, assegurada a votação não presencial.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado orientou a votação do requerimento que solicita o adiamento da discussão do Projeto de lei nº 3.163, de 2023, que altera o inciso IV do Artigo 60 da Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, para determinar, nos processos eleitorais das organizações esportivas, sistema de recolhimento de votos imunes a fraude, assegurada a votação não presencial. Ademais, ironizou declarações que responsabilizam Eduardo Bolsonaro por problemas do Itamaraty e pelo aumento de tarifas, classificando-as como narrativas políticas. Para ele, o Governo demonstra falta de realizações e recorre a culpabilizar adversários.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado orientou a votação do requerimento que solicita o adiamento da discussão do Projeto de lei nº 3.163, de 2023, que altera o inciso IV do Artigo 60 da Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, para determinar, nos processos eleitorais das organizações esportivas, sistema de recolhimento de votos imunes a fraude, assegurada a votação não presencial. Ademais, afirmou que a extrema direita tem como líder Jair Bolsonaro, a quem chamou de presidiário, responsabilizando-o por diversos crimes. Também declarou que Eduardo Bolsonaro se mantém nos Estados Unidos para evitar a Justiça brasileira, mas que, ao retornar, fará companhia ao pai.

Evair Vieira de Melo (PP - ES) - O Deputado orientou a votação do requerimento que solicita o adiamento da discussão do Projeto de lei nº 3.163, de 2023, que altera o inciso IV do Artigo 60 da Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, para determinar, nos processos eleitorais das organizações esportivas, sistema de recolhimento de votos imunes a fraude, assegurada a votação não presencial. Além disso, informou que o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, descumpriu acordo de comparecer à Comissão de Agricultura para debater questões econômicas e acusou o Governo de destruir a economia e perder credibilidade.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado orientou a votação do requerimento que solicita o adiamento da discussão do Projeto de lei nº 3.163, de 2023, que altera o inciso IV do Artigo 60 da Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, para determinar, nos processos eleitorais das organizações esportivas, sistema de recolhimento de votos imunes a fraude, assegurada a votação não presencial.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/08/2025

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada orientou a votação do requerimento que solicita o adiamento da discussão do Projeto de lei nº 3.163, de 2023, que altera o inciso IV do Artigo 60 da Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, para determinar, nos processos eleitorais das organizações esportivas, sistema de recolhimento de votos imunes a fraude, assegurada a votação não presencial. Além disso, agradeceu ao 1º Secretário da Mesa pelo apoio à realização da 1ª Conferência Livre das Trabalhadoras Terceirizadas da Câmara, destacando a importância de dar voz às mulheres que atuam na limpeza e no serviço da Casa, permitindo que suas demandas sejam discutidas no Parlamento pela primeira vez.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a votação do requerimento que solicita o adiamento da discussão do Projeto de lei nº 3.163, de 2023, que altera o inciso IV do Artigo 60 da Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, para determinar, nos processos eleitorais das organizações esportivas, sistema de recolhimento de votos imunes a fraude, assegurada a votação não presencial.

Gisela Simona (UNIÃO - MT) - A Deputada orientou a votação do requerimento que solicita o adiamento da discussão do Projeto de lei nº 3.163, de 2023, que altera o inciso IV do Artigo 60 da Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, para determinar, nos processos eleitorais das organizações esportivas, sistema de recolhimento de votos imunes a fraude, assegurada a votação não presencial.

Duarte Jr. (PSB - MA) - O Deputado orientou a votação do requerimento que solicita o adiamento da discussão do Projeto de lei nº 3.163, de 2023, que altera o inciso IV do Artigo 60 da Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, para determinar, nos processos eleitorais das organizações esportivas, sistema de recolhimento de votos imunes a fraude, assegurada a votação não presencial.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 3.163, de 2023, que altera o inciso IV do Artigo 60 da Lei nº 14.597, de 2023, para determinar, nos processos eleitorais das organizações esportivas, sistema de recolhimento de votos imunes a fraude, assegurada a votação não presencial. Em seguida, criticou as ações da extrema direita, que classificou como obstrução sistemática. Recordou episódios recentes em que Parlamentares tentaram impedir a condução dos trabalhos, inclusive bloqueando a passagem do Presidente da sessão. Defendeu que tais atitudes deveriam ser punidas com suspensão, ao considerar que se tratavam de práticas golpistas contrárias à democracia.

Mauricio Marcon (PODE - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 3.163, de 2023, que altera o inciso IV do Artigo 60 da Lei nº 14.597, de 2023,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/08/2025

para determinar, nos processos eleitorais das organizações esportivas, sistema de recolhimento de votos imunes a fraude, assegurada a votação não presencial. Em seguida, criticou a postura de Parlamentares de esquerda, afirmando que se opunham a medidas como castração química para pedófilos e prisão de jovens infratores, mas agora buscavam se apresentar como defensores da sociedade. Por fim, ironizou os discursos sobre o chamado “tarifaço americano”, lembrando que o Governo venezuelano de Nicolás Maduro também impôs tarifas a produtos brasileiros sem que houvesse a mesma reação e classificou essa diferença de posicionamento como hipocrisia.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 3.163, de 2023, que altera o inciso IV do Artigo 60 da Lei nº 14.597, de 2023, para determinar, nos processos eleitorais das organizações esportivas, sistema de recolhimento de votos imunes a fraude, assegurada a votação não presencial. Em seguida, afirmou que o Governo e seus aliados apresentavam contradições ao defender a regulação das redes sociais sob o argumento de proteger crianças. Classificou essa postura como hipocrisia e alertou que a real intenção seria impor censura às plataformas digitais.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 3.163, de 2023, que altera o inciso IV do Artigo 60 da Lei nº 14.597, de 2023, para determinar, nos processos eleitorais das organizações esportivas, sistema de recolhimento de votos imunes a fraude, assegurada a votação não presencial. Em seguida, em tom irônico, afirmou que, por respeito à condução da sessão, optaria por não repetir naquele momento sua acusação de que a extrema direita agia de forma golpista.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado criticou representações apresentadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) contra quatorze Parlamentares do Partido Liberal (PL) e do Partido Novo (NOVO), em razão da ocupação do plenário ocorrida na semana anterior. Classificou as acusações como “troféu”, afirmando que manifestações e protestos faziam parte da livre atuação política prevista na Constituição. Lembrou que, em sua avaliação, a única quebra de decoro teria sido a agressão a um Deputado por parte de Parlamentar do PT. Rejeitou a seletividade das representações, ressaltando que cerca de oitenta Deputados participaram do ato. Criticou o Governo e o Supremo Tribunal Federal (STF), acusando-os de parceria para aumentar impostos e prejudicar o País. Além disso, defendeu a Deputada Julia Zanatta, que participou das manifestações acompanhada de sua filha recém-nascida, e considerou injusta a tentativa de levá-la ao Conselho Tutelar. Concluiu reafirmando que a Oposição não seria intimidada e continuaria a se manifestar no Parlamento.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/08/2025

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada ressaltou o Plano Brasil Soberano, que destina R\$ 30 bilhões para apoiar indústrias e preservar empregos, especialmente de mulheres. Em seguida, defendeu o Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, responsabilizando plataformas digitais por crimes facilitados por algoritmos, como violência contra mulheres, crianças e disseminação de *fake news*, criticando a lógica de lucro das *big techs*. Além disso, anunciou o debate do tema em Comissão Geral e criticou a proximidade dos Estados Unidos com essas empresas. Concluiu pedindo a prioridade da votação do projeto para garantir soberania digital e proteção das famílias brasileiras.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 3.163, de 2023, que altera o inciso IV do Artigo 60 da Lei nº 14.597, de 2023, para determinar, nos processos eleitorais das organizações esportivas, sistema de recolhimento de votos imunes a fraude, assegurada a votação não presencial. Em seguida, ironizou o fato de a Câmara priorizar temas como nomeação de viadutos e estatutos de clubes, enquanto pautas relevantes como o Projeto de Lei da Anistia e o fim do foro privilegiado não avançam.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 3.163, de 2023, que altera o inciso IV do Artigo 60 da Lei nº 14.597, de 2023, para determinar, nos processos eleitorais das organizações esportivas, sistema de recolhimento de votos imunes a fraude, assegurada a votação não presencial.

Bandeira de Mello (PSB - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de Lei nº 3.163, de 2023, que altera o inciso IV do Artigo 60 da Lei nº 14.597, de 2023, para determinar, nos processos eleitorais das organizações esportivas, sistema de recolhimento de votos imunes a fraude, assegurada a votação não presencial.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado informou que votará contra o Projeto de Lei nº 3.163, de 2023, que altera o inciso IV do Artigo 60 da Lei nº 14.597, de 2023, para determinar, nos processos eleitorais das organizações esportivas, sistema de recolhimento de votos imunes a fraude, assegurada a votação não presencial, por considerar que ele traz mais problemas do que soluções. Além disso, afirmou que clubes grandes como Flamengo, Fluminense e Vasco têm estrutura para se adaptar, mas os clubes pequenos não terão condições de cumprir as exigências, o que pode gerar disputas judiciais sobre formas de votação (por carta, fax, aplicativo etc.). Por fim, ressaltou que a proposta pode funcionar para grandes agremiações, mas prejudica clubes menores, criando confusão em vez de facilitar.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado destacou a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Educação para o Trânsito e da Formação de Condutores, presidida pelo Deputado Zé Neto, com Laura



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/08/2025

Carneiro na Vice-Presidência e ele como Secretário-Geral. Na oportunidade, explicou que a Frente busca valorizar as autoescolas e a qualificação de motoristas. Também destacou a presença de Ivilene Quilin, Presidente do Instituto Mulheres pelo Trânsito (Imutran-RS). Por fim, alertou para o grave cenário de acidentes e mortes no trânsito, lembrando que milhões dirigem sem habilitação, e defendeu mais educação e respeito no tráfego para reduzir o “morticínio” nas ruas.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou a política internacional do Governo Lula, afirmando que o Programa Mais Médicos utilizou mão de obra “escrava” de Cuba e expôs o Brasil negativamente. Além disso, citou as sanções aplicadas pelos Estados Unidos a brasileiros como consequência dessas práticas e classificou a diplomacia atual como uma vergonha para o País.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado criticou a postura do Governo Lula diante do aumento das tarifas impostas pelos Estados Unidos (EUA), classificando-a como uma inércia que gerou prejuízos bilionários ao Brasil. Apontou a queda de 11,27% nas exportações de aço e alumínio, equivalente a US\$ 1,5 bilhão, além do cancelamento de pedidos de 1.160 toneladas de pescado, com impacto direto em comunidades vulneráveis. Além disso, afirmou que o protecionismo americano exige diplomacia e negociação estratégica, e não retórica sobre moedas alternativas como a dos BRICS. Avaliou que o País corre risco de isolamento das cadeias globais de valor e de perda de competitividade, defendendo maturidade nas relações tanto com os EUA quanto com os BRICS.

Wilson Santiago (REPUBLICANOS - PB) - O Deputado manifestou solidariedade ao Presidente da Câmara, Deputado Hugo Motta, destacando sua atuação firme diante de recentes tensões no Congresso. Ressaltou que sua atuação garantiu espaço para a oposição, mas sempre dentro do Regimento e da Constituição, rejeitando imposições e chantagens que ameaçam o diálogo democrático. Ademais, lembrou a tradição política da Paraíba na defesa da democracia e associou o Presidente Hugo Motta a essa linhagem. Defendeu que a Presidência da Câmara fortalece o Parlamento ao atuar com equilíbrio, temperança e respeito. Além disso, reafirmou a importância de preservar conquistas sociais, ampliar renda, saúde, educação e serviços básicos, colocando o Legislativo como guardião da democracia e dos direitos da população.

Julio Arcoverde (PP - PI) - O Deputado denunciou a Resolução nº 02, de 2025, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Piauí, que autorizou a cobrança pelo uso de águas subterrâneas, incluindo poços artesianos particulares. Enfatizou que a medida penalizou famílias e produtores que perfuraram poços com recursos próprios em regiões sem abastecimento público, criando custos adicionais com hidrômetros, burocracia e risco de aumentos futuros. Também destacou que o processo de isenção era lento, centralizado



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/08/2025

e excludente, atingindo comunidades pobres e vulneráveis. Ao concluir, afirmou que a cobrança não representava combate ao desperdício, mas punição disfarçada, e defendeu a suspensão imediata da resolução, propondo diálogo amplo para buscar soluções justas e proporcionais.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado registrou as medidas emergenciais anunciadas pelo Governo Federal para enfrentar a sobretaxa de 50% imposta pelos Estados Unidos a produtos brasileiros. Explicou que o pacote, batizado de Brasil Soberano, foi estruturado em três eixos: criação de linha de crédito para empresas afetadas, prorrogação de tributos e ampliação do *drawback*, além da priorização de compras governamentais de setores impactados, como alimentos, pescados e frutas. Ressaltou que a medida provisória tem vigência imediata, mas depende da aprovação do Congresso em até 120 dias. Além disso, destacou críticas ao custo fiscal e ao risco de dependência, mas defendeu a urgência das ações para preservar empregos, competitividade e soberania econômica.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado criticou a decisão do Tribunal Superior do Trabalho de gastar R\$ 9,3 milhões na compra de carros de luxo para Ministros e mais R\$ 854 mil na construção de uma sala VIP no aeroporto de Brasília. Classificou as medidas como ostentação e afronta moral à população em meio à crise orçamentária e social do País. Também ressaltou que os recursos poderiam financiar bolsas de estudo, creches e hospitais, mas foram destinados a privilégios incompatíveis com a função pública. Além disso, salientou que a iniciativa reforçou a cultura de privilégios, ampliou a distância entre magistrados e cidadãos comuns e feriu os princípios republicanos. Por fim, defendeu a revisão imediata dos gastos e a devolução dos valores aos cofres públicos.

Ruy Carneiro (PODE - PB) - O Deputado celebrou os 440 anos de João Pessoa (PB), exaltando a cidade como parte fundamental de sua vida pessoal e política. Ressaltou o caráter acolhedor de sua população e destacou ações de seu mandato em áreas sociais, educacionais e culturais, como o apoio a mais de 40 instituições, investimentos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) e parcerias com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) para projetos de energia limpa. Também mencionou conquistas na saúde, como a nova ala de UTI no Hospital São Vicente de Paulo e melhorias no Hospital Napoleão Laureano, referência no tratamento oncológico. Além disso, citou recursos destinados ao Hospital Público Veterinário, reformas de mercados, praças e incentivo à cultura com o Festival Aruanda.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado criticou o Governo Lula, afirmando que o Brasil vive aumento alarmante da população em situação de rua, com famílias inteiras abandonadas em condições de miséria. Ressaltou que, apesar das promessas de combate à desigualdade, o País enfrenta inflação elevada, economia



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/08/2025

estagnada e serviços públicos ineficientes. Destacou que a população arca com altos impostos, desemprego e insegurança em decorrência de um Estado considerado inchado e mal administrado. Como Parlamentar da oposição, defendeu o combate a gastos irresponsáveis, a rejeição de novos impostos e a adoção de políticas eficazes para devolver dignidade às pessoas, cobrando gestão séria e compromisso com resultados.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado comemorou a aprovação unânime, na Comissão de Viação e Transportes, de seu relatório ao Projeto de Lei nº 3.844, de 2024, que cria o Programa Nacional de Apoio ao Deslocamento de Pessoas com Deficiência para Tratamento Médico. Esclareceu que a proposta prevê transporte gratuito e auxílio para despesas básicas de alimentação, hospedagem e deslocamento, com foco em famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único. Também explicou que o custeio ficará a cargo da União, evitando repasse de custos às empresas ou usuários. Ressaltou ainda a consonância da medida com a Constituição, a Lei Brasileira de Inclusão e a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, reafirmando compromisso em garantir saúde acessível e dignidade.

Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS - SP) - O Deputado chamou atenção para o déficit de quase 2,3 milhões de vagas em creches para crianças de até 3 anos, destacando o impacto dessa ausência no desenvolvimento infantil e na renda das famílias. Ademais, citou levantamento do Todos Pela Educação que aponta maior dificuldade de acesso entre os mais pobres e lembrou que a educação infantil influencia diretamente na alfabetização, no desempenho escolar e na inserção futura no mercado de trabalho. Também ressaltou o decreto do Governo que instituiu a Política Nacional Integrada para a Primeira Infância e a revisão das metas do Plano Nacional de Educação, que busca ampliar a matrícula para 60% das crianças. Ao finalizar, defendeu esforços imediatos para garantir o cumprimento constitucional do direito à educação.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada destacou, em sessão solene, a centralidade da primeira infância para o futuro do Brasil. Como Coordenadora da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância, defendeu que os primeiros anos de vida são decisivos para o desenvolvimento neurológico, cognitivo, motor e socioemocional das crianças. Ressaltou a importância do pré-natal, da vacinação, da alimentação adequada e do aleitamento materno como pilares da saúde infantil, além do papel da educação infantil na formação de valores e competências. Também defendeu políticas integradas, prevenção da violência, fortalecimento das famílias e o afeto como necessidades essenciais. Ao concluir, reforçou que investir na primeira infância é a forma mais eficiente de reduzir desigualdades e construir uma sociedade justa e próspera.

Pr. Marco Feliciano (PL - SP) - O Deputado alertou sobre a aproximação do Governo com regimes totalitários e organizações internacionais que classificou como perigosas. Criticou o controle das mídias sociais



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 149.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/08/2025

e a influência de conteúdos inadequados em materiais escolares voltados à primeira infância. Além disso, defendeu a implementação de escolas cívico-militares, com ênfase em civismo e patriotismo, e reforçou a necessidade de proteger crianças de influências externas que possam comprometer valores tradicionais. Concluiu apelando para que a educação infantil seja preservada de interferências que não condizem com os princípios da família e da sociedade.

ENCERRAMENTO